



Governo Do Distrito Federal
Secretaria de Estado de Educação Do Distrito Federal
Subsecretaria de Suporte Educacional
Coordenação Regional de Ensino do Paranoá/Itapoã
Escola Classe Café Sem Troco



Projeto Político Pedagógico – PPP
Escola Classe Café Sem Troco CRE –
Paranoá/Itapoã

2023

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	04
1.1 Mensagem da Equipe	07
2.2 Dados de identificação da escola	08
2 HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR	10
3 DIAGNÓSTICO DA REALIDADE ESCOLAR	12
4 FUNÇÃO SOCIAL DA UNIDADE ESCOLAR	14
5 MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR	15
6 PRINCÍPIOS	17
7 OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, ENSINO E APRENDIZAGEM	18
8 FUNDAMENTO TEÓRICOS METODOLÓGICOS	19
8.1 Marcos Conceituais, pedagógicos e Normativos da Educação do Campo	21
8.2 concepções Teóricas da Prática Pedagógica	23
8.3 A Educação do Campo no Distrito Federal	25
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR	27
10 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA UNIDADE ESCOLAR	28
10.1 Etapas/Modalidades de Ensino Ofertadas na Unidade Escolar	30
10.2 Equipe de Apoio Educacional	36
10.3 Orientação Educacional	37
10.4 Atendimento Educacional Especializado (AEE)	37
10.5 Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem (EEAA)	38
10.6 Intervenção Disciplinar	39
10.7 Papel dos Coordenadores Pedagógicos na Escola Classe Café sem Troco	43
11 APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA	45
11.1 Projeto Superação: “Vencer na Escola para Vencer na Vida”	47
11.2 Convivência e Cultura da paz: “Café com abraço”	49
12 AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM CONCEPÇÕES PRÁTICAS	51
13 PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP	52
14 PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS	53
14.1 Plano de ação da Equipe Especializada de Apoio a Aprendizagem	53
14.2 Plano de Ação da Orientação Educacional	60

14.3 Plano de Ação do Atendimento Educacional Especializado-----	65
14.1 Servidores Readaptados-----	72
15 PROJETOS EXPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR -----	74
15.1 Projeto Ensino Fundamental Bilíngue: Turma Warao-----	74
15.2 Projeto Include-----	77
15.3 Projeto Educação em Movimento-----	78
15.4 Projeto Plenarinha-----	80
15.5 Projeto Interventivo-----	81
15.6 Projeto Reserva Cafelândia-----	86
16 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO -----	87
17 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	89
18 ANEXOS-----	90

APRESENTAÇÃO

IBANEIS ROCHA

Governador do Distrito Federal

HÉLVIA PARANAGUÁ

Secretária de Estado de Educação do Distrito Federal

RANIERI CARNEIRO FALCÃO

Coordenador da Regional de Ensino do Paranoá/Itapoã

SHEYLA CRISTINA ALVES PASSOS

Diretora da Escola Classe Café Sem Troco

GISELLY DE CARVALHO GOUVEIA

Vice-Diretora da Escola Classe Café Sem Troco

WELBER MOREIRA DOS SANTOS

Supervisora da Escola Classe Café Sem Troco

EQUIPE PARTICIPANTE DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

DIREÇÃO ESCOLAR

- Sheyla Cristina Alves Passos
- Giselly de Carvalho Gouveia

SUPERVISÃO PEDAGÓGICA

- Welber Moreira dos Santos

CHEFE DE SECRETARIA

- Roberto de Sousa Ataíde

SECRETÁRIA

- Benigna Maria Machado de Carvalho

SERVIDORAS READAPTADAS

- Elaine Ferreira do Nascimento
- Eva Inez Medeiros da Silva
- Rosângela Monteiro dos Santos
- Dejanira Souza rodrigues

COORDENADORES PEDAGÓGICOS

- Irlana Barbosa Lima – Coordenadora Pedagógica
- Andressa Nayane Gonçalves da Silva – Coordenadora Pedagógica
- Antônia Maria Sousa Moura – Coordenadora da Educação Integral

CORPO DOCENTE DA ESCOLA CLASSE CAFÉ SEM TROCO -

- Barbara Mirella Bispo Mendonça
- Bianca de Lima Ferreira
- Claudete Bispo Alves Leite
- Cleomar Nunes Pereira
- Danielly Iara nunes Barbosa
- Edna Socorro Jatobá Ferreira
- Ercilane Gerônimo da Cunha
- Fabiola Evangelista Vieira
- Fabiola Linhares Paixão
- Francisco Herberth Alves da Silva
- Genelice Lima Ferreira
- Gledson Araújo Tintino

- Hélia Lucia de Sousa Santos
- Ivania dos Santos Ornelas
- Judivan Vicente da Silva
- Ludmila Gomes Torres Pereira
- Luzia Catia Bispo Alves

- Maria da Soledade Aires dos Santos
- Maria Janerrandra Fogada Bispo
- Marília Silva de Aguiar Pontes
- Marta Aline Regina da Silva
- Netinha Alves Moreira
- Renilda Pereira Romeiro Alves
- Sílvia Regina Barreto Falbo
- Tânia de Souza Rodrigues

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

- Daniela Vieira Sobrinho Dourado

SALA DE RECURSOS

- Glaice Pereira D'Aparecida

SERVIÇO ESPECIALIZADO DE APOIO À APRENDIZAGEM

- Keike Ferraz Braz

VIGILÂNCIA, COZINHA GERAL, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA -

- José Horácio Pereira da Silva
- Robson Rocha Fernandes
- Marcos Marques Diogo
- Maria do Carmo Gomes de Almeida
- Eina da Silva
- Maria Salete Marinho Gonçalves
- Maria Helena Nunes Sousa
- Douglas Romano de Oliveira
- Francisco Ivan Leandro da Silva
- Maria Izabel Leite Paixão
- Jucilene Neres de Santana Monteiro
- Veronildo Joaquim Pires
- Patricia Candido de Freitas
- Juscélia de Santana Monteiro

- Ana Karolyne Santana Lima
- Simão Galdino da Silva

COMUNIDADE ESCOLAR

- Pais e responsáveis legais dos estudantes

CORPO DISCENTE

- Estudantes com matrículas vinculadas à Escola Classe Café Sem Troco

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE ESCOLAR

- Leonilton Pereira Freire – Presidente da Associação dos Pequenos Produtores do Café Sem Troco
- Keila Solange Leite Sousa – Representante dos pais de estudantes – Conselho Escolar

ESCOLA CLASSE CAFÉ SEM TROCO – MENSAGEM DA EQUIPE

Segundo Moacir Gadotti (1998, p. 52) “todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro”. Projetar significa quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar períodos de instabilidade e buscar novas estabilidades em função da promessa que cada projeto contém de ser e estar melhor que o presente.

Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os possíveis campos de ação, comprometendo seus atores e autores. Deste modo a Proposta Pedagógica torna-se fundamental para a Escola por ser o elemento norteador de todas as ações educacionais nela aplicadas, onde o mesmo visa o sucesso na aprendizagem integral dos estudantes, sendo esta a maior finalidade da Escola como instituição social e educacional.

Nessa perspectiva, devemos considerar a Proposta Pedagógica como um valioso instrumento que assegura o sucesso da formação dos estudantes. Nossa Escola reafirma o compromisso com uma Educação pública de qualidade, que proporciona o desenvolvimento de competências e habilidades cognitivas, sociais, afetivas e voltada aos estudantes, contribuindo assim para a construção integral de cidadãos capazes de agir com dignidade, respeito, justiça e responsabilidade perante a sociedade em que vivem. Assim, ocorre a necessidade de desenvolvermos projetos que mantenham interligadas todas as dimensões humanas de aprendizagem (cognitiva, afetiva e

motora), pois uma vez que alcancemos a integralidade entre essas dimensões, conseguiremos transformá-la em um ambiente de imensa importância para a vida e a formação em sociedade.

Nossa Proposta Pedagógica orientará o trabalho pedagógico e as ações da Escola por meio de diversas formas de planejamento, todas interligadas ao diálogo constante na busca por soluções com base na ação coletiva. Por meio dela, construiremos uma relação sólida entre educandos, educadores, Comunidade e Escola, tornando está mais efetiva, participativa e democrática. A construção de uma Escola que valoriza as relações estabelecidas pelos sujeitos assegura uma aprendizagem voltada para o sucesso do estudante.

Portanto, este documento objetiva situar o corpo docente e a Comunidade Escolar quanto aos procedimentos essenciais pertinentes à Proposta Pedagógica da Escola Classe Café Sem Troco. Não queremos que este seja apenas um documento teórico, pois, mais que teorias pedagógicas e visões teóricas e metodológicas, torna-se necessária a viabilização efetiva deste projeto, norteando todas as intenções dos indivíduos da Comunidade Escolar, orientando a tomada de decisões e garantindo a unidade de ação e o comprometimento de todos em nossa missão formadora.

Buscaremos também, a partir do Projeto Político Pedagógico, o subsídio necessário para nossos projetos, pesquisas, levantamentos de dados, estratégias e metas para que este documento fundamente que somos: **Uma Escola do Campo, feita no Campo e para o Campo.**

Dados de identificação da escola

A instituição educacional está localizada às margens da DF-130, no Núcleo Rural Café Sem Troco, uma área pertencente a região administrativa do Paranoá. A escola possui dez salas de aula, que atendem a um total de dezenove turmas (sendo uma delas a dos indígenas venezuelanos da comunidade Warao Coromoto), distribuídas entre os turnos matutino e vespertino, com dez turmas no matutino e nove no vespertino.

Além disso, há uma sala dedicada à robótica, uma sala dos professores, uma sala de coordenação, uma secretaria, um refeitório, uma sala de recursos, uma sala para a pedagoga, outra para o Serviço de Orientação Educacional, uma sala da classe especial e mais uma para a educação integral. Esta última oferece suporte a 100 alunos, sendo 50 estudantes em cada turno.

RECURSOS HUMANOS E ESTRUTURAIS DA UNIDADE ESCOLAR

Foram levantados dados a respeito dos seguintes tópicos: infraestrutura física e instalações,

recursos humanos (Professores, auxiliares e funcionários), corpo discente, Programas e Projetos Interdisciplinares em desenvolvimento, Programas Sociais e Órgãos Colegiados existentes na Unidade Escolar.

Recursos Humanos (Professores, Auxiliares e Funcionários)

EQUIPE GESTORA	EQUIPE PEDAGÓGICA	APOIO EDUCACIONAL	TERCEIRIZADOS
- Diretor; - Vice-Diretor; - Chefe de Secretaria. - Secretária	- Equipe Docente; - Supervisor Pedagógico; - Coordenadores Pedagógicos;	- Professor da Sala de Recursos; - Pedagoga. - Orientadora Educacional	- Vigilância Terceirizada; - Merendeiros; - Equipe de limpeza e conservação.

Corpo Discente

Modalidade	Nº. de Turmas	Número de estudantes do Período Matutino	Número de estudantes do Período Vespertino
Educação Infantil	04	52	52
Ensino Fundamental - 1º Ano	03	0	72
Ensino Fundamental - 2º Ano	03	72	
Ensino Fundamental - 3º Ano	03	0	77
Ensino Fundamental - 4º Ano	03	53	25
Ensino Fundamental - 5º Ano	02	54	0
Classe Especial	02	3	5
Ensino Fundamental- 1º Ano Warao	01	30	

Total	21	264	231
Total de Estudantes	-	495	-

Programas Sociais e Órgãos Colegiados

PROGRAMAS SOCIAIS	ÓRGÃOS COLEGIADOS
Bolsa Família; Cartão Material Escolar.	Associação de Pais e Mestres; Conselho Escolar; Assembleia Geral Escolar.

Órgãos Colegiados

- Associação de Pais e Mestres (APM)
- Conselho Escolar
- Assembleia Geral Escolar

HISTÓRICO DA UNIDADE ESCOLAR



Figura 1 acervo da escola

E pensar que tudo começou com a falta de moedas...

No cruzamento das rodovias DF-130 e DF-251, a caminho de Unaí (MG), existe um povoado chamado Café Sem Troco. A origem do nome virou lenda: uma vendinha que servia café aos

motoristas nunca tinha troco para o cliente.

Alguém escreveu, a carvão, no madeirite: Café Sem Troco. Passados quase 40 anos, a bodega mudou de lugar, atravessou a pista, trocou de dono, mas continua a nomear um povoado em frenético crescimento. Da pequena comunidade ao redor do café sem moedinhas, o lugar está tomando proporções de bairro (e enfrentando o assédio dos grileiros e a vigilância dos fiscais fundiários de Brasília).

Como acontece na zona rural de todo o Distrito Federal, o colégio se apropriou do nome do povoado ou do núcleo rural onde se insere. A Escola Classe Café Sem Troco está em funcionamento desde 1990, onde inicialmente funcionava em terras de propriedade do Sr. Neil Guedes.

A Professora Dagma Ferreira Alves respondia pela Direção da Escola, que na época funcionava com turmas multisseriadas, atendendo os estudantes da Quebrada dos Guimarães, Quebrada dos Neres e também do povoado do Café Sem Troco.

Em 1990 os Senhores Osvaldo Della Giustina e Erasto Villa Verde de Carvalho doaram seus terrenos para a construção da escola e do posto de saúde onde em 1992 foi construído a primeira ala da escola, com duas salas de aula, dois banheiros, cantina, sala de Direção e Secretaria Escolar.

Posteriormente, em virtude do aumento do quantitativo de estudantes, em 1997 foi construída a ala direita. Com esta ampliação e disponibilização de transporte escolar, todos os estudantes da região passaram a ser atendidos na unidade Café Sem Troco, extinguindo assim o antigo anexo que ainda funcionava nas Quebradas dos Guimarães. Em 2015 foi iniciada a construção de mais um bloco na Escola, devido a outro aumento no quantitativo de estudantes, bloco este que foi entregue e inaugurado no ano de 2017 pelo então Governador Rodrigo Rollemberg.

O terreno da escola possui 4 hectares sendo que 2 hectares são de reserva ambiental, onde existe uma nascente que desagua no rio São Bartolomeu que faz parte da bacia hidrográfica do Distrito Federal.

Hoje a Escola funciona em três blocos e mais quatro salas do Centro Comunitário, atendendo a considerável marca de 438 estudantes. A Professora Dagma esteve na Direção Escolar até o ano de 1998, desde então temos a seguinte sequência:

*1999 – 2000 – Ivanice Alves

*2000 a 2002 – Mariléia da Costa Tomás

*2003 a 2004 – Sheila Augusto Ramos de Barros

*2005 a 2006 – Andréia Pereira Campos

*2007 a 2012 – Marcelo Soares de Oliveira

*2013 a 2016 – Denise Vaz da Costa

*2017 a 2019 – Sheyla Cristina Alves Passos

Infraestrutura Física e Instalações:

SALAS FUNCIONAIS	BANHEIROS	DEMAIS INSTALAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> - 08 Salas de Aula (Todas equipadas com Data Show); - 01 Sala de Direção; - 01 Sala dos Professores; - 01 Sala para Secretaria; - 01 Sala de Coordenação Pedagógica; - 04 salas cedidas pelo Centro Comunitário, localizado em um prédio anexo à Escola – uma destinada à Orientação Pedagógica (SOE), outra a sala de Recursos Generalista (SRG) e duas salas de aula regular; - 01 Sala de Aprendizagem Robótica (Projeto Include). 	<ul style="list-style-type: none"> - 03 Banheiros Femininos (sendo um no Centro Comunitário) - 03 Banheiros Masculinos (sendo um no Centro Comunitário) - 01 Banheiro para Professores - 01 Banheiro para Cadeirantes - Banheiro para Direção - 01 Banheiro para Funcionários 	<ul style="list-style-type: none"> - 01 Cozinha Escolar; - 01 Refeitório; - 01 Copa; - 01 Depósito para a Merenda Escolar; - 01 Quadra poliesportiva coberta; - 01 Parquinho Infantil coberto; - 01 Piscina; - 01 Pátio Coberto.

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DA UNIDADE ESCOLAR

O Núcleo Rural Café Sem Troco é uma comunidade da região administrativa de Paranoá, no Distrito Federal. A comunidade surgiu em 1975, a partir de um pequeno estabelecimento comercial que servia de opção para quem passava pelo trecho ainda de terra da BR-251, na altura do entroncamento com a DF-130. A comunidade fica a 56 km de distância do centro de Brasília. Com 12 mil habitantes em outubro de 2010, o Café Sem Troco abriga diversas famílias em casas de alvenaria, restaurantes, mercados, lojas de materiais de construção e salões de beleza. ”

Fonte: Wikipédia (acessado em 25/03/2023)

A Escola Classe Café Sem Troco, situada às margens da DF 130, km 32 – Núcleo Rural Café Sem Troco – Paranoá-DF, atende a uma comunidade bastante carente de recursos econômicos. Esta área apresenta diversas vulnerabilidades sociais que impactam seu desenvolvimento, como saneamento básico, segurança pública, lazer e comércios em geral, o que força sua população a se deslocar frequentemente a cidades circunvizinhas (Marajó, Alphavile, São Sebastião, Paranoá e Planaltina) para suprirem tais necessidades. A comunidade é majoritariamente formada por produtores rurais, chacareiros e pequenos comerciantes. Embora pequeno, o núcleo rural Café sem Troco por se localizar numa importante rodovia, tem uma economia bem diversificada com a presença de empresas de grande porte como a **Kicaldo** e um setor terciário bem desenvolvido.

Por dificuldades de acesso, pouca escolaridade e diversos outros agravantes de situação, o acompanhamento dos estudantes realizado pela maioria dos pais/responsáveis legais não é o mais desejável pedagogicamente. Outro fator de grande diferença nos resultados almejados pela Escola é a alta rotatividade dos estudantes que, por fatores econômicos, familiares e sociais mudam constantemente de região.

Os pais/responsáveis legais dos estudantes, em sua grande maioria caseiros, transferem seus filhos de nossa Escola para outras regiões, descaracterizando tanto a formação/organização das turmas como o trabalho a ser desenvolvido pelos respectivos Professores durante o ano letivo. Os índices de aprendizagem adquirida sempre demonstram impactos negativos devido também a esse fenômeno.

IDEB - Indicador de Qualidade - Dados do Ideb 2021 (fonte: <https://qedu.org.br>)

Anos Iniciais - 5,9

Código INEP: 53006828

Localização: Rural

Dependência Adm.: Estadual

Etapas: Ensino Infantil, Ensino Fundamental

Modalidades: Ensino Regular

Percentuais de estudantes com aprendizado adequado:

5º anos - 2015	63% Português 32% Matemática
5º anos - 2017	64% Português 39% Matemática

5º anos - 2019	77% Português 59% Matemática
5º anos - 2021	77% Português 59% Matemática

Distribuição dos alunos por proficiência:

Podemos posicionar o aprendizado dos alunos em 4 níveis qualitativos de proficiência, o aprendizado adequado engloba os níveis proficiente e avançado

2015 – 32% Com aprendizado adequado	2017 – 39% Com aprendizado Adequado	2019 – 59% Aprendizado adequado
7% (5 alunos) Avançado	11% (6 alunos) Avançado	25% (9 alunos) Avançado
25% (17 alunos) Proficiente	29% (17 alunos) Proficiente	34% (12 alunos) Proficiente
59% (41 alunos) Básico	41% (25 alunos) Básico	35% (12 alunos) Básico
9% (6 alunos) Insuficiente	20% (12 alunos) Insuficiente	6% (2 alunos) Insuficiente

FUNÇÃO SOCIAL DA UNIDADE ESCOLAR

A função social da escola é importantíssima, pois vai além da transmissão de conhecimentos acadêmicos. Formação integral: A escola tem o papel de promover a formação integral dos estudantes, abrangendo não apenas o desenvolvimento intelectual, mas também o emocional, social, físico e ético. Inclusão e igualdade de oportunidades: A escola deve trabalhar para garantir a igualdade de oportunidades a todos os estudantes, independentemente de sua origem social, gênero, raça ou capacidades individuais.

O ambiente escolar deve promover a inclusão e combater qualquer forma de discriminação. Preparação para a cidadania: A escola deve preparar os estudantes para exercerem sua cidadania

de forma ativa, responsável e crítica. Isso envolve o ensino de valores democráticos, respeito aos direitos humanos, participação política e engajamento na comunidade.

A escola deve promover o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como empatia, resiliência, trabalho em equipe, ética e autoconhecimento. Essas habilidades são fundamentais para o bem-estar individual e a convivência harmoniosa na sociedade.

Promoção da diversidade cultural: A escola deve valorizar e promover a diversidade cultural, proporcionando um ambiente respeitoso, no qual os estudantes possam aprender sobre diferentes culturas, tradições e perspectivas, desenvolvendo assim uma visão mais ampla do mundo. **Educação para a sustentabilidade:** A escola pode incentivar a conscientização e ações em prol da sustentabilidade ambiental, social e econômica. Isso inclui o ensino de práticas sustentáveis, como reciclagem, economia de recursos, preservação do meio ambiente e promoção da justiça social.

O espaço educacional precisa estabelecer parcerias com a comunidade local, envolvendo pais, empresas, organizações não governamentais e instituições públicas. Essa colaboração fortalece a relação escola-comunidade e cria oportunidades de aprendizagem enriquecedoras para os estudantes.

Nosso projeto político-pedagógico reflete as funções sociais prioritárias e os objetivos específicos da instituição, também garante ao estudante acesso à Educação Pública de qualidade, ao conhecimento cientificamente sistematizado, a socialização de saberes diversos, ao patrimônio cultural acumulado historicamente e, a partir destes; estimular a criação de novas maneiras de conhecer o mundo em que vive e atua.

MISSÃO DA UNIDADE ESCOLAR

Missão enquanto escola infantil:

Nossa escola está voltada ao desenvolvimento integral das crianças, abrangendo aspectos cognitivos, emocionais, sociais e físicos. Isso envolve estimular o pensamento criativo, a curiosidade, a expressão de emoções, a interação social e o desenvolvimento motor. Proporcionar um ambiente seguro e acolhedor. Destacar nosso compromisso em criar um ambiente seguro, acolhedor e afetivamente positivo para as crianças. Isso inclui a construção de vínculos de confiança, a valorização da diversidade e o estabelecimento de uma atmosfera propícia para a aprendizagem e o desenvolvimento saudável.

A escola infantil deve sempre enfatizar o estímulo à autonomia e à criatividade das crianças. Isso envolve oferecer oportunidades para que elas façam escolhas, explorem diferentes formas de expressão e desenvolvam habilidades de resolução de problemas, também estar voltada para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais nas crianças, como a empatia, a cooperação, a comunicação efetiva e a resolução pacífica de conflitos. Essas habilidades são fundamentais para o bem-estar emocional e as relações saudáveis ao longo da vida.

Nossa escola pretende preparar nossas crianças para a continuidade da caminhada através da educação, auxiliando-as a ingressar na segunda etapa do ensino fundamental ou em outros desafios educacionais. Isso envolve o desenvolvimento de competências básicas, como alfabetização, raciocínio matemático e habilidades de pensamento crítico. Ressaltamos a importância da parceria com as famílias, pois a educação é uma responsabilidade compartilhada. A escola pode buscar envolver ativamente os pais, fornecendo suporte, compartilhando informações e promovendo uma comunicação aberta e colaborativa.

Missão enquanto escola do campo

A missão da escola do campo deve voltar-se para oferecer uma educação que seja relevante e contextualizada às realidades e demandas do meio rural. Mesmo numa escola com foco na educação infantil, isso envolve a valorização do conhecimento tradicional, das práticas agrícolas, das questões ambientais e da sustentabilidade no campo. Valorizar a cultura e identidade local: A escola do campo pode ter como missão a valorização da cultura e identidade local, buscando preservar as tradições, histórias e costumes da comunidade rural. Isso ajuda a fortalecer o sentimento de pertencimento e a autoestima dos estudantes.

Auxiliar no desenvolvimento de habilidades práticas relacionadas ao trabalho no campo, como agricultura, agropecuária, agroecologia, artesanato, entre outras atividades relevantes para a comunidade rural. Além disso, a escola pode oferecer as bases de conhecimentos necessários para a gestão de propriedades rurais e empreendimentos agrícolas, dessa forma despertando nas crianças curiosidade e o desejo de conhecer melhor as relações sociais e econômicas existentes no campo. A escola deve garantir também a equidade de oportunidades educacionais para os estudantes rurais, rompendo com desigualdades históricas e oferecendo uma educação de qualidade.

Enfatizar a importância de desenvolver nos estudantes uma consciência ambiental e o entendimento dos desafios e oportunidades relacionados à sustentabilidade no campo. Isso inclui o incentivo a práticas agrícolas sustentáveis, a preservação dos recursos naturais e o manejo responsável do meio ambiente.

Princípios

É amplamente conhecido que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no Brasil, estabelece os princípios norteadores da prática pedagógica em todas as etapas da educação, incluindo aqui, a educação infantil. Os princípios relacionados à prática educativa em uma escola infantil, de acordo com a LDB, são os seguintes:

- 1 A prática educativa deve valorizar a dignidade e os direitos das crianças, reconhecendo-as como sujeitos de direitos e promovendo a igualdade, a não discriminação e o respeito à diversidade.
- 2 A escola dedicada a educação infantil deve promover a autonomia das crianças, estimulando sua capacidade de pensar, agir e fazer escolhas de forma cada vez mais independente e responsável, respeitando seu ritmo de desenvolvimento.
- 3 É um dever fundamental da escola perseguir metas de qualidade e garantir o desenvolvimento integral das crianças, considerando suas dimensões psicológica, física, emocional, social e cognitiva. Isso implica em proporcionar experiências variadas que estimulem o desenvolvimento em todas essas áreas.
- 4 A educação é um direito inalienável de nossas crianças, garantido pela LDB. A prática educativa deve assegurar o acesso, a permanência e a participação de todas as crianças na escola, sem qualquer forma de discriminação ou impeditivos.
- 5 Embora deva estimular a convivência social e a valorização das diferenças, a escola deve também respeitar a individualidade de cada criança, reconhecendo suas características, interesses, talentos e necessidades específicas. Isso implica em adaptar as atividades e os recursos pedagógicos para atender a especificidade de cada aluno.
- 6 A prática pedagógica na educação de crianças deve integrar o cuidado com a educação, reconhecendo que essas dimensões são indissociáveis nessa fase da vida. Além do aspecto pedagógico, a escola também deve auxiliar no acesso aos cuidados básicos, afetivos e de saúde.
- 7 Necessita a escola, dado a seu caráter intrinsecamente democrático, promover uma relação de parceria com as famílias, envolvendo-as no processo educativo e respeitando sua pluralidade cultural e seus valores. A participação das famílias é fundamental para o desenvolvimento pleno das crianças e para o fortalecimento do vínculo entre escola e comunidade.

A Escola Classe Café sem Troco assume esses princípios como base referencial de seu fazer pedagógico, orientador das práticas e metodologias aplicadas internamente. Reconhecemos que elas possuem o objetivo de garantir uma educação de qualidade para nossas crianças, proporcionando a elas um ambiente desafiador, instigante, acolhedor e favorável ao seu

desenvolvimento pleno.

Defender a completa conexão entre teoria e prática, entendidos aqui como elementos complementares, e a consonância de seus objetivos com as necessidades das crianças atendidas pela escola. O método existe para assistir as pessoas, não o contrário. Dessa forma, criar aulas instigantes e estimulantes, mesclando conhecimentos de diferentes áreas do saber será sempre um objetivo perseguido por nossa escola.

OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO, ENSINO E APRENDIZAGENS

Nossos objetivos estão relacionados com a garantia de condições necessárias para o exercício pleno da cidadania e de apropriação do próprio processo de construção do conhecimento por parte dos estudantes, através de experiência significativa e motivadora que desenvolva a capacidade de observação, análise, raciocínio-lógico, comunicação e abstração que apoiem a construção de conhecimentos científicos e tecnológicos. Dessa forma, o desenvolvimento diário do trabalho será de forma reflexiva e questionadora para fortalecer e aprimorar as atividades diárias.

O PPP é um documento em constante avaliação e, sempre que houver precisão, o documento pode ser revisto pela Equipe, acrescentando ou modificando o que for necessário para melhorar o desempenho das atividades escolares. Também é previsto, no início do ano letivo, um debate para avaliarmos o PPP para o corrente ano.

Pretendemos possibilitar aprendizagens a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva interdisciplinar considerando os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em/para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade.

OBJETIVO GERAL

Desenvolver habilidades para exercício pleno da cidadania, tendo como foco uma aprendizagem significativa para construção da autonomia intelectual e do pensamento crítico, sem distinção de credo, etnia, opção religiosa ou filosófica.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Buscar qualidade de ensino através de práticas pedagógicas emancipatórias e conteúdos significativos;

- Trabalhar o desenvolvimento da autoestima e da motivação dos estudantes para o aprendizado, valorizando seus resultados e suas capacidades;
- Valorizar o trabalho em Equipe, buscando maior cooperação, integração, participação e autonomia do corpo docente e discente;
- Reduzir o índice de reprovação e distorção idade série;
- Fortalecer momentos de integração entre Comunidade e Escola;
- Promover transparência na prestação de contas dos recursos financeiros destinados a Escola Classe Café Sem Troco;
- Promover transparência na prestação de contas dos recursos financeiros destinados a Escola Classe Café Sem Troco;
- Construir um Inventário Escolar que valorize e envolva a comunidade local, a fim de que se percebam como autores e agentes transformadores do contexto em que estão inseridos;
- Contribuir no suporte pedagógico aos docentes em assuntos referentes à Educação Inclusiva bem como aprofundar e ampliar a abordagem do tema;
- Proporcionar momentos que tornem a Família mais presente e participe no ambiente escolar para que, junto aos Professores, esteja mais envolvida na busca pela efetiva Educação Integral dos estudantes.

FUNDAMENTOS TEÓRICOS METODOLÓGICOS

O Currículo em Movimento da SEE DF baseia-se nas teorias presentes na Pedagogia Histórico-Crítica, que é a compreensão da educação como um processo social e histórico, baseado na relação entre as condições sociais e a formação humana. Essa abordagem pedagógica foi desenvolvida por Dermeval Saviani, a partir de pensadores da educação como Lev Vygotsky.

Essa teoria propõe uma perspectiva crítica e transformadora da prática educativa, buscando a superação da visão tradicional da educação. Seu objetivo é formar indivíduos críticos, capazes de compreender a realidade social em que estão inseridos, analisar suas contradições internas e transformá-las.

A perspectiva histórico-crítica defende que o conhecimento não é algo neutro e objetivo, mas sim algo construído socialmente, permeado por relações estratificadas de poder. Busca relacionar os conteúdos curriculares com a realidade vivida pelo estudante, de modo a promover a compreensão crítica do mundo. Nesse sentido, a prática dentro desse modelo pedagógico deve ser balizada pela problematização, pela superação da simples transmissão de conhecimentos e pelo incentivo ao pensamento reflexivo e crítico.

A Pedagogia Histórico-Crítica, em síntese, valoriza o trabalho coletivo e a participação dos alunos na construção do conhecimento, através de atividades de pesquisa, debates e análise crítica de múltiplas perspectivas; seu propósito central é a formação de sujeitos críticos e transformadores, que compreendam a realidade social em que vivem e busquem sua transformação.

É a partir desse ponto de vista que iremos estruturar nosso PPP, pois entendemos que a formação intelectual deve ser promotora do progresso social, da superação de desigualdades históricas e valorização da democracia.

O CONCEITO EPISTEMOLÓGICO DE PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Um dos principais documentos norteadores do trabalho pedagógico de uma instituição de ensino é o Projeto Político-Pedagógico, também conhecido por PPP. É o documento que definirá diretrizes, metas e métodos para que a Escola, em toda a sua estrutura, consiga atingir os objetivos a que se propõe. O PPP visa melhorar a capacidade de ensino da Escola como uma entidade inserida em uma sociedade democrática e de interações políticas.

É através dos princípios democráticos apontados pela **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (LDB) de 1996 que encontramos o aporte legal da Escola na elaboração da sua proposta pedagógica. De acordo com os artigos 12, 13 e 14 da LDB, a Escola tem autonomia para elaborar e executar sua proposta pedagógica, porém, deve contar com a participação dos profissionais da Educação e dos conselhos ou equivalentes na sua elaboração.

É **projeto**, porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. Refere-se a um documento escrito que registra, de maneira formal, objetivos, estratégias e métodos para a realização de determinadas ações. Dessa forma, Escolas, creches, prefeituras e secretarias de Educação devem estabelecer essas metas e propor meios de transformá-las em realidade, com o envolvimento de toda a Comunidade Escolar.

É **político** por considerar a Escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir.

Esse termo é fundamental, porque traz a função social da Escola e a insere em um processo democrático e de interações sociais. Notadamente, a Escola também é uma instituição política, e seu ensino precisa ter essa característica como norte para formar cidadãos preocupados e responsáveis em relação ao mundo em que vivem.

Também é **pedagógico** porque define e organiza as atividades e os projetos educativos

necessários ao processo de ensino e aprendizagem. O termo “pedagógico” também serve para que a Escola nunca se esqueça de que todos os seus objetivos, métodos, técnicas e estratégias devem ser voltados ao processo de ensino e aprendizagem, que decorre justamente do contato constante e cotidiano com os estudantes da instituição.

O PPP deve possibilitar à Escola uma tomada de consciência dos problemas e das possíveis soluções, estabelecendo as responsabilidades de todos. A presença do debate democrático possibilita a produção de critérios coletivos no seu processo de elaboração, assimilando significados comuns aos diferentes agentes educacionais e colaborando com a identificação desses com o trabalho desenvolvido na Escola.

Acreditamos que neste documento estão expostas, para além de diretrizes pedagógicas ou operacionais, a nossa concepção de Educação compromissada e almejada com a formação integral da nossa Comunidade Escolar, a sustentabilidade humana como princípio das políticas públicas a que se propõe efetivar, enfim, nossas opções de ação pedagógica e política frente aos desafios na busca de uma Educação com função e qualidade social para a população do Distrito Federal.

MARCOS CONCEITUAIS, PEDAGÓGICOS E NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO BRASILEIRA

O conceito de Educação do Campo emerge da luta empreendida pelos sujeitos do campo e suas organizações, visando à superação da situação degradante na qual o meio rural se encontra imerso. Essa luta envolve, também, a busca da garantia do direito a uma Educação *do e no campo*, ou seja, pretende-se que as “pessoas sejam educadas no lugar onde vivem e sendo partícipes do processo de construção da proposta educativa, que deve se dar a partir de sua própria história, cultura e necessidades”. (Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2019, p. 19).

O termo Educação do Campo foi concebido no contexto da *Conferência Nacional por uma Educação do Campo*, realizada em 1998. A partir de então, o campo passou a ser visto como um novo espaço de vida, que não se resume à dicotomia urbano/rural, mas que respeita as especificidades sociais, étnicas, culturais, ambientais de seus sujeitos e que garanta o direito a uma Educação do Campo, assegurando a possibilidade de pessoas serem educadas no lugar onde vivem, sendo participantes ativas do processo de construção da própria ação educativa. (Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2019, p. 11).

A fundamentação teórica do presente documento é coerente com marcos conceituais e

normativos nacionais e distritais, apresentados. O Plano Distrital de Educação - PDE, em sua Meta 8 (p. 29), assegura “garantir a Educação básica a toda a população camponesa do Distrito Federal, em Escolas do Campo, de modo a alcançar no mínimo 12 anos de estudos, no último ano de vigência deste Plano, com prioridade em áreas de maior vulnerabilidade social, incluindo população de baixa renda, negros, indígenas e ciganos, declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ou à Companhia de Planejamento do Distrito Federal – CODEPLAN, conforme Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, que institui as diretrizes operacionais para a Educação básica nas Escolas do Campo”.

A Educação do Campo fundamenta-se em abordagens e práticas pedagógicas desenvolvidas na Educação Escolar, por meio de um currículo que concebe a aprendizagem como parte de um processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos articulados com a dimensão empírica da vida e da cultura dos sujeitos do campo. Deve-se considerar, para além da lógica da modernidade e do senso comum, que as populações camponesas desenvolveram, ao longo de gerações ocupadas com o trabalho com a terra, conhecimentos a partir de seus espaços de produção da existência, que consolidaram modos de vida específicos, promoveram soluções inovadoras de utilização dos recursos naturais e foram produtores de uma rica cultura camponesa nos seus aspectos mais amplos (Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2019, p. 13).

Ressaltam – se também nessas diretrizes (p. 11) os temas relativos às abordagens teóricas e metodológicas previstas para a Educação do Campo, com destaque para a proposta de realização do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental, por meio do qual se pretende: conhecer o lugar em que a Unidade Escolar (UE) se insere; compreender as relações sociais e ecológicas que envolvem as Comunidades (Escolar e local), bem como as possíveis influências das mesmas comunidades em uma área de abrangência maior, além de fornecer subsídios para a elaboração dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) das Unidades Escolares do Campo, de maneira coerente com as necessidades e características de seus sujeitos.

Tais abordagens e práticas pedagógicas devem apoiar-se no modo de existência desse sujeito camponês objetivando a superação da dicotomia rural/urbano e da visão preconceituosa e equivocada do campo como lugar de atraso, distante do conhecimento científico e da vida intelectual, considerados como presentes somente na cidade (p. 13). De toda forma, compreender a relação campo-cidade e as possibilidades de superação dessa visão dicotômica sobre os territórios implica entender que as relações sociais que ocorrem entre os sujeitos e as instituições presentes nesses territórios são construções históricas que marcam a produção social do espaço e que em nossos dias transcendem os limites definidos geograficamente, muito em função das novas tecnologias e da circulação do capital que ocorrem de maneira sobreposta. Destaca – se ainda (p. 14) que o “campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. Trata-se de território

de produção de vida e de trabalho. Um trabalho diferenciado daquele que caracteriza o contexto urbano, porém igualmente relevante e respeitado. Essa diferença produz marcas que devem ser consideradas nas práticas pedagógicas.

É nesse sentido que o enfoque da Educação **do e no** Campo vem sendo constituído por aqueles que lutam pelo seu reconhecimento como um território diferenciado, nem melhor, nem pior do que o meio urbano, apenas diferente, outro contexto social, outra escolha, outra possibilidade de vida, igualmente relevante”.

Entre os dispositivos normativos que fundamentam estas diretrizes, são referências, no âmbito nacional: a Constituição Federal, de 1988; a Lei Federal 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional (LDB) e os documentos legais reunidos na obra Educação do Campo: marcos normativos, publicada em 2012 pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (Secadi/MEC). No âmbito distrital, devem ser citados: a *Resolução nº 1/2018-CEDF*, que estabelece normas para a Educação Básica no sistema de ensino do Distrito Federal; o *Currículo em Movimento para a Educação Básica*; a *Lei 4.751/2012, de 7 de fevereiro de 2012*, que dispõe sobre o Sistema de Ensino e a Gestão Democrática do Sistema de Ensino Público do Distrito Federal; o *Plano Distrital de Educação*, aprovado pela Lei nº 5.499, de 14 de julho de 2015, que apresenta a Meta 8 como garantia da Educação Básica a toda população camponesa do DF; e o *Regimento Escolar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal*, de 2015, destacadamente em seu Título I: Do nível, das etapas e das modalidades de Educação e ensino, Capítulo II – Das modalidades da Educação, Seção IV, Da Educação do Campo.

Uma política de Educação do Campo requer, portanto, o reconhecimento de que a cidade não é superior ou mais avançada se comparada ao campo e, a partir desta compreensão, deve impor novas relações baseadas na horizontalidade e na solidariedade. Nessa concepção, o campo é visto, acima de tudo, como um espaço de cultura singular, rico e diverso (p. 14).

CONCEPÇÕES TEÓRICAS DA PRÁTICA PEDAGÓGICA

Os constructos norteadores que fundamentam este projeto foram buscados nos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica da SEE/DF (2018) e nas teses de autores como Santomé, Emília Ferreiro e Paulo Freire, dentre outros. Santomé (1998) afirma que “as propostas integradoras favorecem tanto o desenvolvimento de processos como o conhecimento dos problemas mais graves da atualidade”. Com base nas concepções teóricas de Emília Ferreiro (2001), sobre a aprendizagem da língua escrita, houve uma significativa mudança de pressupostos e objetivos na área da alfabetização.

Alterou-se a concepção do processo de aprendizagem e reduziu a distinção entre aprendizagem do sistema de escrita (alfabetização) e as práticas sociais efetivas de leitura e de escrita (letramentos), que devem acontecer de forma prazerosa e criativa (ludicidade). Pautamos, ainda, nossa proposta no pensamento de Paulo Freire, para quem educar é construir; é libertar o homem do determinismo, passando a reconhecer o seu papel na História, a identidade do estudante.

Como previsto nos pressupostos teóricos da SEE/DF (2018), para promover aprendizagens a Escola deve trabalhar um currículo plural e flexível, que promova, nos espaços escolares, “a formação de sujeitos capazes de pensar e de atuar criticamente em seus ambientes de convivência”, além de oferecer possibilidades educacionais que “impliquem em situações concretas de aprendizagem, de modo interdisciplinar, contextualizado e articulado à vida social” (SEE/DF, 2014).

Citando Caldart (2004) e Barbosa (2012), os mesmos Pressupostos Teóricos do Currículo em Movimento da Educação Básica (2018) afirmam: “Se falarmos de uma Escola ligada à vida, há que se notar que a vida do campo se difere da vida da cidade e que os sujeitos do campo têm matrizes formativas próprias: trabalho, terra, cultura, história, vivências de opressão, conhecimento popular, organização coletiva e luta social são matrizes dos sujeitos do campo” (CALDART, 2004; BARBOSA, 2012). Para a Educação do Campo, o Currículo propõe alguns caminhos que a Escola de percorrer, assumindo a tarefa de desenvolver e promover saberes, fazendo a ligação do meio com a realidade. A avaliação merece destaque, pois é um processo amplo e abrangente que envolve todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos envolvidos. Sobre o assunto, buscamos respaldo na LDB 9394/96, que promoveu mudanças, tanto no aspecto pedagógico, como no aspecto normativo. A Escola tem proporcionado momentos de estudo e de discussão sobre este tema, que não deve se esgotar.

Compreendemos que a avaliação deve permear todas as atividades pedagógicas, na relação Professor com o estudante e no tratamento dos conhecimentos trabalhados neste espaço. Portanto, a intervenção do Professor ajuda a construir as mediações necessárias para a construção do conhecimento.

As ações do Professor, no campo da avaliação, se apoiam no trabalho do **Conselho de Classe** - uma das mais relevantes instâncias avaliativas da Escola, que evidenciam ações pedagógicas e relatam progressos para a continuidade das aprendizagens do estudante.

Como previsto nas Diretrizes de Avaliação Educacional da SEE/DF (2014), a avaliação pedagógica na Escola Classe Café Sem Troco fundamenta-se no caráter processual, formativo e participativo. Procedida de forma contínua, cumulativa e diagnóstica, ela deve levar em consideração tanto as estratégias didático-pedagógicas propostas como os processos de aprendizagens dos estudantes.

A avaliação das ações contidas neste projeto será realizada por meio da avaliação institucional; da caixa de críticas e sugestões e, dos encontros envolvendo Família, em reuniões pedagógicas e administrativas, que visam sempre promover reavaliações que possibilitem a revisão de estratégias mensais, semestrais e anuais. De acordo com os Pressupostos Teóricos em Educação para a Diversidade (2018):

“ Os profissionais de Educação da secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal são agentes públicos de grande importância para promover, garantir, defender e possibilitar a restauração de direitos dos milhares de cidadãos brasileiros – a grande maioria de nossos estudantes em estágio peculiar de desenvolvimento, que compõem todos os dias o universo de

nossas escolas. E é preciso que se lembre: muito deles com severos históricos de violação e negação de direitos (Pg.53).

A Escola, em seu privilegiado espaço de promoção do Estado Democrático de Direito, não pode exercer uma prática negativa em relação ao que defende e, assim, colocar em xeque seu papel transformador de realidade, pois conforme vem sendo amplamente discutido em inúmeras convenções nacionais e internacionais, a Educação é um direito fundamental que contribui para a conquista de todos os demais direitos humanos. Daí a importância de termos a Educação em e para os Direitos Humanos como eixo transversal do Currículo da Educação Básica da rede pública do DF. (SEE/DF, pág. 54, 2014).

É esse o nosso compromisso, seguirmos tais recomendações no desenvolvimento do trabalho que envolve este PPP.

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO DISTRITO FEDERAL

As Escolas do Campo estão inseridas em territórios educativos com a presença de populações camponesas, suas formas de trabalho e produção de bens materiais e imateriais, suas contradições de base social e econômica, como a agricultura camponesa, o agronegócio e manifestações culturais locais. Considera-se também, como Escola do Campo, a Unidade Escolar situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ou pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), e aquela Unidade Escolar situada em área urbana que atenda, predominantemente, à população do campo (Portaria 419 de 20/12/2018, p. 2).

A Macrozona Rural do Distrito Federal, segundo a Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN, 2015) tem cerca de 421.352,00 hectares, onde vivem aproximadamente 88 mil pessoas e existem 3,9 mil estabelecimentos rurais. Esses estabelecimentos, apesar de serem responsáveis pela maioria dos alimentos orgânicos produzidos no DF, ocupam uma área de apenas 10,8 mil hectares, dos quais 46,1% são dedicados à agricultura familiar (Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, 2019, p.22).

Após a publicação da Portaria nº 419/2018 - SEEDF, de 21 de dezembro de 2018, que instituiu a Política Pública de Educação do Campo no Distrito Federal, os aspectos pedagógicos e sociais, representados por meio do Inventário Social, Histórico, Cultural e Ambiental, adquiriram primazia em relação aos aspectos relacionados ao planejamento territorial e urbano, representados por meio do Plano Diretor de Ordenamento Territorial (PDOT), prevalecendo a legislação pedagógica e educacional sobre a legislação urbanística. A definição da identidade escolar como Escola do Campo deverá ser espelhada no Inventário e no Projeto Político-Pedagógico da Escola, os quais são documentos imprescindíveis para viabilizar a implementação da política pública da Educação do Campo (Diretrizes Pedagógicas da Educação Básica do Campo para a Rede Pública de Ensino do

Distrito Federal, 2019, p. 23).

O Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal, em seu Artigo 74 (p. 46), versa que “A modalidade de ensino Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, assim como as modalidades de Educação de Jovens, Adultos e Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada com o Ensino Médio”. O inciso 1º deste o complementa com a seguinte redação: “Destina-se ao atendimento às populações rurais em suas mais variadas formas de produção da vida – agricultores familiares, trabalhadores rurais assalariados, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da Reforma Agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros”, enquanto seu 2º inciso caracteriza Escola do Campo como “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo”.

São Fundamentos da Educação do Campo:

I - Reduzir os indicadores de analfabetismo com a oferta de políticas de Educação de Jovens e Adultos, nas localidades onde vivem e trabalham, respeitando suas especificidades quanto o horário e Calendário Escolar;

II - Fomentar Educação Básica na modalidade Educação de Jovens e Adultos, integrando qualificação social e profissional ao Ensino Fundamental, articulada à promoção do desenvolvimento sustentável do campo;

III - Contribuir para a inclusão digital por meio da ampliação do acesso a computadores, à conexão à rede mundial de computadores e a outras tecnologias digitais, beneficiando a Comunidade Escolar e a população próxima às Escolas do Campo;

IV - Facilitar acesso à Educação Profissional e Tecnológica, integrada, concomitante ou subsequente ao Ensino Médio, com perfis adequados às características socio econômicas das regiões onde será ofertada.

Em consonância com os objetivos elencados destacamos a estreita relação com a Meta 08 do Plano Nacional de Educação (2015, p. 137) onde destaca: “Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo 12 anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados á Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No Artigo 79 do Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal é descrito que a oferta de Educação do Campo com padrões de qualidade, está subordinada ao cumprimento da legislação educacional e das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e dos marcos legais para a Educação do Campo constantes nos documentos da SEEDF (p. 48). Na redação do Artigo 80, na mesma página, lê – se que “A organização e o funcionamento das Unidades Escolares do Campo respeitarão as diferenças entre as populações atendidas quanto à sua atividade econômica, seu estilo de vida, sua cultura e suas tradições, podendo ter Calendário Escolar próprio, desde que previamente aprovado pela SEEDF”.

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DA UNIDADE ESCOLAR

A organização curricular em uma escola infantil desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da criança, já que nessa etapa são fundamentadas as bases para seu salto cognitivo, socioemocional e físico. No Distrito Federal, uma abordagem pedagógica que se destaca é o Currículo em Movimento, que valoriza a interação, a brincadeira e a vivência das crianças em um ambiente lúdico e desafiador.

O **Currículo em Movimento** do DF reconhece a importância de uma educação infantil de qualidade, pautada na participação ativa das crianças em seu processo de aprendizagem. Ele promove uma abordagem centrada na criança, em que suas vivências, interesses e necessidades são considerados como ponto de partida para a construção do conhecimento.

Nele há a presença de temas transversais, que são abordados de forma inter-relacionada ao longo de todas as atividades e experiências vivenciadas pelos alunos. Esses temas englobam questões sociais, éticas, culturais e ambientais, estimulando a reflexão, o respeito às diferenças, a valorização da ecologia e o exercício da cidadania desde a infância.

Alguns dos temas transversais presentes no Currículo em Movimento do DF são: diversidade cultural, sustentabilidade, saúde e ética (que será abordado com as crianças na forma de “valores”). Ao explorar esses temas, mesmo numa escola infantil pode-se proporcionar às crianças oportunidades de aprendizado significativo, onde elas possam compreender a importância da diversidade, aprender a cuidar do meio ambiente, adquirir hábitos saudáveis, refletir sobre valores como o respeito aos mais velhos, honestidade e reconhecer o valor da cooperação.

Um dos temas transversais a ser abordado na escola será o dos **Direitos humanos**, pois estudá-los com as crianças contribuirá com a formação de uma consciência universal, que respeita à dignidade humana. Ao introduzir os direitos humanos desde cedo, as crianças aprendem sobre a

importância do respeito à igualdade de direitos, oportunidades, e a valorização da grande miríade de tipos humanos e suas culturas; especialmente numa escola que possui refugiados indígenas venezuelanos como a nossa.

Aliás, o contato cotidiano com a comunidade Warao será muito enriquecedora, pois o estudo da cultura de outro povo ajudará as crianças a desenvolverem habilidades socioemocionais de qualidade, como a projeção empática, a harmonia, a tolerância respeitosa e a cooperação entre os povos. Elas aprenderão a reconhecer as necessidades e os direitos dos outros enquanto lidam com diferenças e resolvem conflitos.

Ao compreenderem a defesa dos direitos humanos como sendo algo fundamental, as crianças se tornam agentes de mudança, capazes de questionar situações injustas, defender seus próprios direitos e os dos outros contribuindo para a promoção da justiça social.

Por ser uma escola rural a EC Café sem Troco também dará ênfase ao estudo da sustentabilidade. A proteção do meio ambiente é um elemento indelével no DNA das escolas do campo, pois estão localizadas numa arena particularmente sensível a esse tema. A proteção dos mananciais e nascentes dos rios, do cerrado e o que resta de sua biodiversidade e dos animais silvestres é um assunto urgente que não pode ser negligenciado pela escola.

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO DA UNIDADE ESCOLAR

Esta Proposta Pedagógica considera o estudante como um ser original, heurístico e criativo, que interage no convívio social e no espaço escolar, participando ativamente na construção de um mundo melhor. Nessa perspectiva, a organização dos métodos é feita pelo Professor, respeitados seus direitos e deveres (autonomia didático – pedagógica e liberdade de cátedra), para melhor atender as necessidades individuais dos estudantes, com auxílio e intervenções dos Coordenadores Pedagógicos e Direção, se necessário, e de acordo com o Currículo da Educação Básica (SEE/DF, 2014).

Nossa organização do fazer pedagógico divide os grupos de estudantes em séries (dos 1º períodos da educação infantil até aos 5º anos) de maneira anual e obedecendo o sistema de ciclos para as aprendizagens. As crianças chegam a escola às 07h30 da manhã para o início das aulas, após almoçarem na escola são lavadas ao recreio por volta das 12h00 e são embarcadas nos ônibus para a volta para casa às 12h30. O vespertino chega nesse mesmo horário indo direto para

o almoço, depois vão para as salas. São liberados para o recreio as 17h00 e embarcam para casa as 17h30.

A Organização Curricular apresenta-se estruturada dentro das seguintes perspectivas:

Aspectos	Metodologia de ação na Escola
Aprendizagem Significativa	<p>Todo o conhecimento é mediado de forma a apresentar ao estudante, através de atividades significativas, inseridas no contexto real da sua vida, buscando uma melhor facilidade de assimilação dos conteúdos;</p>
Interdisciplinaridade e Práxis pedagógica	<p>As várias disciplinas e campos do conhecimento são trabalhadas num contexto que elas sejam comuns, havendo integração de forma que o estudante compreenda os componentes curriculares de forma inter e transdisciplinar. O estudante é levado a refletir sobre o seu próprio fazer, buscando uma contínua progressão da sua aprendizagem. A teoria unida à prática deixa de se tornar uma mera transmissão de conhecimentos e permite ao estudante uma vivência pedagógica mais ativa.</p>
Projetos Pedagógicos	<p>São estruturados e idealizados em reuniões coletivas, avaliados continuamente e atualizados anualmente, sendo sua viabilidade e permanência na Proposta Pedagógica analisados junto à toda Equipe Escolar.</p> <p>A estruturação dos Projetos Pedagógicos tem como princípio a otimização de todas as aprendizagens envolvidas no processo formativo dos nossos estudantes. Assim contemplamos aprendizagens cognitivas, afetivas e motoras de forma a proporcionarmos o melhor ensino com a melhor qualidade.</p>
Eixos transversais	<p>Os temas transversais são realizados de forma contextualizada em todas as atividades escolares, unindo organizadamente as disciplinas desenvolvidas, dando significado e conferindo sentido àquilo que aprendem.</p>
Datas comemorativas	<p>Baseadas no contexto sociocultural da Comunidade Escolar, em níveis local, regional e nacional, as datas são selecionadas, buscando uma interligação ao Currículo Escolar, buscando significação no aprendizado e na vida do estudante.</p>

<p>Questões étnico raciais, de gênero e convivência escolar</p>	<p>Através de ações integradas ao cotidiano da sala de aula busca-se o reconhecimento das questões étnico-raciais e de gênero e para o entendimento e a valorização da diversidade brasileira e aceitação do outro, favorecendo um ambiente de respeito mútuo, respeito ao próximo e o reconhecimento das diferenças</p>
<p>Sala de Recursos</p>	<p>Com atuação integrada à Proposta Pedagógica da Escola, a Sala de Recursos oferta atendimento individualizado aos estudantes portadores de necessidades especiais, incluídos nas classes comuns, com a utilização de ferramentas tecnológicas.</p>
<p>Orientação Educacional</p>	<p>Integrado ao trabalho pedagógico da Escola e da Comunidade Escolar, na identificação na prevenção e na superação dos conflitos, colaborando para o desenvolvimento do estudante, através de orientações aos pais ou responsáveis, promovendo momentos de reflexões, participando de ações junto aos Professores para obtenção de resultados positivos nos estudos de casos de estudantes</p>
<p>Saídas de Campo (Passeios e Excursões)</p>	<p>Planejados e realizados coletivamente com o acompanhamento do Professor regente da turma e Equipe Gestora, com o objetivo de ampliar o conhecimento pedagógico dos estudantes em ambientes ricos de aprendizado tais como, cinema, museu, ministérios, câmara dos deputados, zoológicos, parques, praças, feiras. Ressaltamos que alguns desses passeios é necessário o uso do PDAF para pagar o ônibus, pois alguns não há a oferta de transporte.</p> <p>Na assembleia de Pais e Mestres e também no Conselho Escolar é acordado que as saídas de campo serão ofertadas às turmas e seus respectivos estudantes que cumprem integralmente o Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, sendo este um dos eixos axiais da Unidade Escolar.</p>

ETAPAS/MODALIDADES DE ENSINO OFERTADAS NA UNIDADE ESCOLAR

CLASSE ESPECIAL

A Estratégia de Matrícula 2023 da SEDF, em sua página 20, descreve a Classe Especial como “uma classe de caráter temporário e transitório, constituída exclusivamente por estudantes com DI, TEA, DV ou SC, sem seriação, com modulação específica, criada com autorização da SUPLAV/DIOFE após parecer da SUBIN/DEIN e da SUGEP/DISET”.

As Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, citadas na Orientação Pedagógica para a Educação Especial (2010), complementam o conceito descrevendo a classe especial como uma sala de aula, em instituição educacional de ensino regular, em espaço físico e modulação adequada, regida por Professor especializado na Educação de estudantes com deficiência intelectual/mental ou transtorno global do desenvolvimento.

Destinam-se a atender, extraordinária e temporariamente, as necessidades dos estudantes com deficiências e com TGD, cujas condições não puderem ser atendidas adequadamente por propostas, programas ou espaços inclusivos da rede de ensino. A Classe Especial deverá configurar a etapa, o ciclo ou a modalidade da Educação Básica em que o estudante se encontra – Educação Infantil, Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Educação de Jovens e Adultos (EJA Interventivo para estudantes oriundos das classes especiais), assegurando a interação em atividades desenvolvidas pelas classes comuns e especiais. Deve ser promovida a avaliação contínua do desempenho do estudante, por meio da Equipe da instituição educacional.

A abertura de Classe Especial ocorrerá mediante solicitação da Diretoria Regional de Ensino à Subsecretaria de Gestão Pedagógica e Inclusão Educacional. A quantidade de estudantes na classe especial deve atender à modulação específica definida no documento Estratégia de Matrícula da rede pública de ensino do Distrito Federal.

Como recomendam as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, deve se evitar o agrupamento de estudantes com necessidades especiais relacionadas a diferentes deficiências. Durante o período de permanência nessa classe, o estudante deverá desenvolver atividades conjuntas com os demais estudantes das classes comuns. A reavaliação do estudante deverá ser anual e contar com a participação da Equipe Gestora, do Coordenador Pedagógico, do Professor regente e dos profissionais das Equipes de Apoio (EEAA, SOE e AEE), sendo analisada a sua permanência na referida classe.

O Professor da Educação Especial que atua em Classe Especial deve desenvolver o currículo da Educação Básica proposta para os anos iniciais do Ensino Fundamental com a flexibilidade necessária às condições dos estudantes. Quando necessário, em turno inverso, deve desenvolver outras atividades, tais como: atividades da vida autônoma e social (para estudantes com deficiência intelectual, por exemplo); orientação e mobilidade (para estudantes cegos e surdocegos); desenvolvimento de linguagem: língua portuguesa e língua brasileira de sinais (para estudantes surdos); e atividades de informática, dentre outras.

É importante considerar que, a partir do desenvolvimento apresentado pelo estudante e das condições para o atendimento inclusivo, a Equipe Pedagógica deve decidir conjuntamente, baseada em avaliação pedagógica, quanto ao retorno do estudante à classe comum. A Família deve acompanhar todo esse processo, dando sua anuência quanto aos procedimentos adotados.

A EDUCAÇÃO INFANTIL

A trajetória da Educação Infantil no Brasil nos remete a um cenário de grandes conquistas. Federal de A Constituição 1988 em seu artigo 208, inciso IV, dispõe que é “*dever do Estado assegurar atendimento às crianças de até cinco anos de idade na Educação Infantil*”. Dessa forma, do ponto de vista legal, a Educação Infantil, passou a ser um dever do Estado e um direito da criança.

A LDB vem reafirmar o já exposto na Constituição. Assim, a Educação Infantil constitui a primeira etapa da Educação Básica e tem por finalidade “o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da Família e da Comunidade. E deve cumprir duas funções indispensáveis e indissociáveis: educar e cuidar”.

Os estudantes matriculados em nossa Escola Classe Café Sem Troco vivenciam o processo da passagem entre o ambiente caseiro para um mundo mais amplo, especialmente por se tratar de crianças do campo e suas particularidades. Essa transição desperta nestas crianças emoções até então desconhecidas, pois passam para um ambiente novo, diferente, grande, cheio de outras crianças e que exigem delas novas maneiras de enfrentamento do mundo.

Reconhecendo e respeitando este momento tão importante na vida dos estudantes reorganizamos frequentemente nosso trabalho pedagógico, tendo no início do ano letivo, um período de adaptação ao ambiente escolar que contempla atividades lúdicas variadas com o intuito de fazer com que cada estudante se sinta acolhido em sua Escola, sua nova morada. Horários flexibilizados, com atividades cantadas, de roda, de pintar, o uso do parquinho e dos diversos espaços escolares, materiais esportivos e várias outras possibilidades pedagógicas contemplam o ingresso a uma nova etapa na vida dos nossos estudantes.

Neste período a acolhida acontece na própria sala de aula, diretamente com o Professor, quando a criança se sente mais segura em seu ambiente. São iniciadas assim as entradas coletivas, para que cada estudante perceba a dimensão da Escola, das pessoas que estão neste mesmo espaço e o valor de cada um dentro deste.

Nessa perspectiva, a Escola Classe Café Sem Troco desenvolve esta Proposta Pedagógica respeitando plenamente seus eixos integradores **EDUCAR E CUIDAR, BRINCAR E INTERAGIR**, tendo como metodologia colaborativa a **LUDICIDADE**.

Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros, em uma atitude de aceitação, respeito e confiança e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural, desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças

felizes e saudáveis.

Para o bem **cuidar** considerar, principalmente, as necessidades das crianças. Os procedimentos de cuidado também precisam seguir os princípios de promoção da saúde. Para se atingir o objetivo dos cuidados com a preservação da vida e com o desenvolvimento das capacidades humanas é necessário que as atitudes e procedimentos estejam baseados em conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças, levando em conta diferente realidade sociocultural.

O **brincar** é uma atividade em si mesma, instrumento de desenvolvimento da linguagem e do imaginário, que oportuniza a aprendizagem de significação social e necessária à vida humana. O brincar proporciona condições para se desenvolver e aprender estabelece interações interpessoais e envolve uma complexidade de movimento e elaboração do pensamento.

Já o processo de interação (**interagir**) das crianças é fonte de estímulos ao desenvolvimento cognitivo, físico, psíquico, social e afetivo da criança e também uma forma de auto expressão; por isso a partir das oportunidades de livre escolha e de estabelecerem trocas, contribuem positivamente para o processo de aprendizagem e construção de novos conhecimentos.

Assim brincando, conhecendo, atuando, recriando e edificando através da ludicidade, nossa Escola proporciona benefícios indiscutíveis no desenvolvimento, na construção da autonomia e formação da criança, desenvolvendo assim a psicomotricidade essencial para a construção do raciocínio lógico e sua formação social como ser humano. O Currículo da Educação Infantil de 2014 apresenta novo eixo integrado propondo a junção de elementos basilares do trabalho educativo com crianças de zero a cinco anos.

O ENSINO FUNDAMENTAL (ANOS INICIAIS)

A ampliação do período de escolaridade obrigatória não é algo novo. Previsto na LDB, tornou-se uma das metas do Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/02 e veio assegurar o acesso da criança de 06 anos à Escola. Os três primeiros anos do Ensino Fundamental de 09 anos integram o Bloco Inicial de Alfabetização, de forma que correspondem, respectivamente, a Etapa I, Etapa II e Etapa III do referido bloco. Com duração mínima de nove anos em regime de ciclo para o período da alfabetização (1º ao 3º ano do EF 9anos – Etapas I, II e III do Bloco Inicial de Alfabetização) e segundo ciclo para o 4º e 5º anos e terceiro ciclo do 6º ao 9º ano, com a reprovação só no término de cada ciclo. Esse regime pretende-se possibilitar ao estudante a ampliação de sua capacidade de aprender, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, competências e habilidades, a formação de atitudes e valores.

Em cada etapa da Educação Básica, o currículo aponta para a aquisição de habilidades e competências adequadas ao nível de desenvolvimento e maturidade do estudante, considerando ainda suas experiências e oportunidades vivenciadas na Família, na Escola e no meio social em que está inserido. Trazendo as especificidades de cada etapa do Ensino Fundamental, importante salientar que os Eixos Integradores dos Anos Iniciais, (a Alfabetização, os Letramentos e a Ludicidade) são elementos que possibilitam a articulação dos objetivos e conteúdos curriculares no processo de ensino e de aprendizagem.

A organização curricular, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, enfatiza a assimilação de conceitos, buscando desenvolver habilidades e competências que possibilitem aos estudantes prosseguirem os estudos. Face aos princípios de interdisciplinaridade e de contextualização que permeiam todo o Currículo da Educação Básica, e da forma de habilitação dos Professores para atuarem nos Anos Iniciais do ensino fundamental, o tratamento didático pedagógico dos componentes curriculares será de Atividades, não se justificando preestabelecer número de horas para cada um dos componentes curriculares.

BLOCO INICIAL DE ALFABETIZAÇÃO (BIA)

O Bloco Inicial de Alfabetização – BIA tem a dimensão positiva de promover a progressão continuada do processo de aprendizagem, além de possibilitar a organização de um tempo maior e mais flexível para o desenvolvimento das competências que a criança precisa construir. No entanto, a organização do tempo e do espaço escolar não se dá automaticamente com a implantação do BIA, como também não é garantia de qualidade do processo de alfabetização. É preciso, pois, adotar outras medidas e estratégias que promovam o alcance dos objetivos propostos.

Nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os estudantes se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos, na perspectiva da ludicidade e do seu desenvolvimento global. Como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010²⁹, “os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (BRASIL, 2010).

Para alcançar os objetivos, esta Proposta se baseia em princípios teórico- metodológicos norteadores de todas as ações na implementação do BIA, os quais se constituem em elementos imprescindíveis ao sucesso do Bloco e deverão ser observados por todos os envolvidos nesse

processo de construção (formação continuada dos Professores, trabalho coletivo com reagrupamento, trabalho com projeto interventivo, as quatro práticas de alfabetização e a avaliação formativa no processo de ensino e aprendizagem).

Assim segundo a **CIRCULAR Nº 45/2012** as metas dos Anos Iniciais são:

- Ao término do 1º ano do Ensino Fundamental, o estudante deverá compreender o funcionamento do sistema de leitura e da escrita alfabética para ler e escrever palavras e pequenos textos significativos que possuam encadeamento de ideias;
- Ao término do 2º ano do Ensino Fundamental, a estudante deverá compreender e conhecer o uso da escrita com diferentes funções, valorizando-a como prática de interação social. Deverá produzir textos escritos de diferentes gêneros, adequados aos objetivos do destinatário e ao contexto, com ênfase na estruturação do texto (parágrafo e pontuação inicial). Inferir regras de uso da língua a partir da análise de regularidades e aplicá-las em produções escritas, revisões e leituras. Ler com desenvoltura diversos textos, adequando às estratégias de leitura aos objetivos da própria leitura;
- Ao final do 3º ano do Ensino Fundamental, o a estudante deverá produzir textos escritos, com coesão e coerência, organizando-o em parágrafos, empregando regras de pontuação e ortográficas aproximando-se das convenções gráficas; ler diversos gêneros textuais, com fluência e compreensão;

Em 2013, o 2º Ciclo de aprendizagem foi ampliado até o 5º ano do Ensino Fundamental na rede pública de ensino do Distrito Federal. Organizar o Ciclo de Aprendizagem na Escola Classe Café Sem Troco remete também a se pensar no trabalho pedagógico, sustentado na ação coletiva, com a finalidade de que todos aprendam.

Assim ao aderindo ao segundo ciclo, entendemos que progressão continuada é um recurso pedagógico que deve estar associado à avaliação, possibilitando o avanço contínuo dos estudantes de modo que não fiquem presos a grupos, turmas, e sim sejam acompanhados; valorizando o seu potencial de aprendizagem, considerando o “erro” como uma possibilidade construtiva.

Os reagrupamentos intraclasse dentro da própria turma serão registrados pelo Professor em campo específico de registro de atividades no diário de classe. Os reagrupamentos interclasses serão registrados no diário do Professor referência do estudante, mesmo que ele tenha participado de atividades em outra turma. A realização dos reagrupamentos pressupõe planejamento coletivo e diálogo entre os Professores envolvidos.

A retenção será admitida em nossa Escola ao final do 1º Bloco (3º Ano) e do 2º Bloco (5º Ano)

em situações excepcionais e justificadas pela Escola, através da psicogênese, reagrupamento, projeto interventivo. Com a realização de Conselho de Classe (Professores, Equipe de Apoio, Gestores) e registros sistematizados ao longo do processo que evidenciem as estratégias adotadas pelo Professor para atender às necessidades de aprendizagem do estudante.

2º BLOCO (4º e 5º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL)

Ao longo do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, a progressão do conhecimento ocorre pela consolidação das aprendizagens anteriores **e pela** ampliação das práticas de linguagem e da experiência estética e intercultural das crianças, considerando tanto seus interesses e suas expectativas quanto o que ainda precisam aprender.

Ampliam-se a autonomia intelectual, a compreensão de normas e os interesses pela vida social, o que lhes possibilita lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente. Além desses aspectos relativos à aprendizagem e ao desenvolvimento, na elaboração dos currículos e das propostas pedagógicas devem ainda ser consideradas medidas para assegurar aos estudantes um percurso contínuo de aprendizagens entre as duas fases do Ensino Fundamental, de modo a promover uma maior integração entre elas. Afinal, essa transição se caracteriza por mudanças pedagógicas na estrutura educacional, decorrentes principalmente da diferenciação dos componentes curriculares.

Como bem destaca o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, “os estudantes, ao mudarem do Professor generalista dos anos iniciais para os Professores especialistas dos diferentes componentes curriculares, costumam se ressentir diante das muitas exigências que têm de atender, feitas pelo grande número de docentes dos anos finais” (BRASIL, 2010).

Realizar as necessárias adaptações e articulações, tanto no 4º quanto no 5º ano, para apoiar os estudantes nesse processo de transição, pode evitar ruptura no processo de aprendizagem, garantindo-lhes maiores condições de sucesso.

A EQUIPE DE APOIO EDUCACIONAL

Entende-se por Equipe de Apoio, segundo o artigo 122 do Regimento das Escolas Públicas do Distrito Federal, a integração dos três Serviços de Apoio aos estudantes na unidade escolar: Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, Orientação Educacional e Atendimento Educacional

Especializado/Sala de Recursos, que atuarão de forma integrada e fundamentados teórico metodologicamente na Pedagogia Histórico-Crítica e na Psicologia Histórico-Cultural.

ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

A Orientação Educacional é serviço especializado, desempenhado pelo Pedagogo-Orientador Educacional, para o acompanhamento e o apoio dos profissionais da Educação, dos estudantes, seus familiares e articulação da Comunidade Escolar e da rede externa (rede social ou rede de apoio), quanto ao processo de ensino e aprendizagem e das relações humanas que os cercam.

Parágrafo único. O Pedagogo-Orientador Educacional é profissional concursado e parte integrante da Equipe Pedagógica da Unidade Escolar. Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada ao Projeto Político Pedagógico - PPP, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade.

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado/Sala de Recursos caracteriza-se como serviço de natureza pedagógica conduzido por Professor especializado, que suplementa, no caso de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação, e complementa, no caso de estudantes com deficiência e Transtorno Global do Desenvolvimento - TGD, o atendimento educacional realizado em classes comuns em todas as etapas e modalidades da Educação Básica.

A Educação Especial tem por finalidade proporcionar aos estudantes com deficiência, com o Transtorno Global do Desenvolvimento e com Altas Habilidades/Superdotação, recursos e atendimentos especializados que complementem ou suplementem o atendimento educacional realizado nas classes comuns inclusivas e, extraordinariamente, nas classes especiais e nos Centros de Ensino Especial.

O atendimento especializado, em consonância com o Regimento Disciplinar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, assume caráter de complementaridade nos casos de estudantes com deficiência e com Transtorno Global do Desenvolvimento e, de suplementar idade, nos casos de estudantes com Altas Habilidades/Superdotação. O AEE deve integrar o Projeto Político Pedagógico - PPP da Unidade Escolar, envolver a participação da Família e ser realizado em articulação com as orientações constantes na legislação vigente e demais políticas públicas.

Na redação do Artigo 53 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, a Educação Especial tem por objetivo:

- I - Atendimento educacional, preferencialmente em classes comuns nas diversas etapas e modalidades da Educação Básica;
- II - Apoio à inclusão dos estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento e com Altas Habilidades/Superdotação, por meio do atendimento educacional especializado em Salas de Recursos na própria Unidade Escolar, em polos ou por meio de Professor itinerante em situações extraordinárias que otimizem o atendimento;
- III - atendimento educacional em classes especiais, em caráter temporário e transitório para os estudantes que ainda não obtiveram indicação para inclusão;
- IV - Atendimento educacional em instituições especializadas de Educação Especial, onde é ofertado atendimento exclusivo e complementar.

Já em seu Artigo 54 versa que os estudantes da Educação Especial podem ser enturcados, nas Unidades Escolares da Educação Básica, de acordo com as Orientações Pedagógicas da Educação Especial da SEEDF, da seguinte forma:

- I - Classe comum, prioritariamente, visando ao desenvolvimento de suas habilidades e à inclusão no processo educacional;
- II - Turmas de integração inversa, alternativa à classe comum com significativa redução do número de estudantes, de caráter transitório, constituídas por estudantes sem e com deficiências ou Transtorno Global do Desenvolvimento, voltadas aos processos de Socialização, alfabetização e aquisição de comportamentos adaptativos;
- III - classes especiais, quando, em decorrência de dificuldades de comunicação ou socialização, o estudante necessitar de atendimento diferenciado, em caráter temporário e transitório.

- EQUIPE ESPECIALIZADA DE APOIO À APRENDIZAGEM (EAA)

Situando-se na vanguarda das políticas públicas educacionais brasileiras, a rede pública de ensino do Distrito Federal conta, desde 1968, com o serviço de suporte técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia e em Pedagogia, que oferece apoio educacional especializado às instituições educativas, especialmente as de Educação Infantil, de Ensino Fundamental – Anos/Séries Iniciais, e aos Centros de Educação Especial.

A Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, intitulada EEAA, é multidisciplinar, composta de profissionais com formação em Pedagogia e em Psicologia, que tem como objetivo principal contribuir para a superação das dificuldades presentes no processo de ensino e escolarização, por meio de uma atuação institucional. O trabalho é desenvolvido na Educação Básica em suas respectivas etapas e modalidades. A atuação da EEAA pauta-se em ações que ocorrem nos espaços e tempos do contexto escolar, tais como o mapeamento institucional, o suporte ao trabalho da Gestão Escolar, a assessoria ao processo de ensino aprendizagem desenvolvida por meio de intervenções nas dificuldades de escolarização.

As EEAA constituem-se em um serviço de apoio técnico-pedagógico, de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia e em Pedagogia. Cabe enfatizar que os profissionais de psicologia, embora tenham sua atuação voltada para o contexto educacional, caracterizando-se, então, como Psicólogo Escolar, serão doravante denominados Psicólogos, em função da nomenclatura oficial tanto da formação inicial como do cargo investido no âmbito da SEDF.

O serviço tem por objetivo a promoção da melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de ações institucionais, preventivas e interventivas, compreendidas como o desenvolvimento de um trabalho que facilite e incentive a construção de estratégias de ensino tão diversificadas quanto forem as possibilidades interativas de aprendizagem; promova a reflexão e a conscientização de funções, papéis e responsabilidades dos sujeitos que atuam, de forma relacional, no cotidiano da Escola, e busque, com a Equipe Escolar, a superação dos obstáculos à apropriação do conhecimento (Marinho Araújo e Almeida, 2005, p. 89). Visa ainda contribuir para o aprimoramento da atuação dos profissionais das instituições educacionais, bem como colaborar para a promoção da melhoria do desempenho de todos os estudantes, com e sem necessidades educacionais especiais, viabilizando a concretização de uma cultura de sucesso escolar.

INTERVENÇÃO DISCIPLINAR

A Secretaria de Estado de Educação do DF apresenta alterações pontuais no atual Regimento Escolar do Distrito Federal (2019) quanto ao aspecto disciplinar dos discentes, ampliando e modificando direitos, deveres, atribuições e responsabilidades para os discentes, os docentes, os orientadores educacionais e diretores; e baseia-se nos princípios da legalidade, imparcialidade, da proteção integral às crianças e aos adolescentes, da gestão democrática, e da dignidade da pessoa humana.

Além do aspecto supracitado e tendo em vista as edições das Leis nº. (s) 12.288/2010, 13.146/2015 e 13.803/2019, foram incluídas alterações que buscam integrar o Regimento Escolar

com o Estatuto da Igualdade Racial e o Estatuto da Pessoa com Deficiência, bem como destacar a importância do papel do Conselho Tutelar na proteção dos direitos da criança e do adolescente. A Rede Pública de Ensino passa por um processo de ressignificação de valores morais e éticos que norteiam a conduta dos membros da Comunidade Escolar, em especial, a interação entre os discentes e a relação pedagógica entre esses e os docentes. As alterações buscam aprimorar o regime disciplinar escolar, a fim de evitar quaisquer tipos de violência, bem como fortalecer o processo de gestão democrática e o papel pedagógico dos Professores no contexto de aprendizagem.

Nosso atual Regimento subsidiará o planejamento e o adequado desenvolvimento do trabalho realizado pelas Unidades Escolares, considerando as normas e regulamentações de ensino.

1- Condutas indisciplinadas no Ambiente Escolar

Além das condutas já descritas, também são passíveis de apuração e aplicação de medidas disciplinares as condutas que Professores ou a Direção Escolar considerem incompatíveis com a manutenção de um ambiente escolar sadio ou inapropriado ao ensino e a aprendizagem, sempre considerando, na caracterização da aplicação, a idade do estudante, a gravidade e reincidência do ato e suas especificidades como pessoa.

- Ausentar-se das aulas ou do prédio escolar, sem prévia justificativa ou autorização da direção;
- Ter acesso, circular ou permanecer em locais restritos do prédio escolar;
- Utilizar, sem a devida autorização, computadores, aparelhos de fax, telefones ou outros equipamentos e dispositivos de propriedade da Escola;
- Utilizar, em sala de aula ou demais locais de aprendizado escolar, equipamentos eletrônicos como telefones celulares, Pager, jogos portáteis, tocadores de música ou outros dispositivos de comunicação e entretenimento que perturbem o ambiente escolar ou prejudiquem o aprendizado;
- Ocupar-se, durante a aula, de qualquer atividade que lhe seja alheia; Comporta-se de maneira a perturbar o processo educativo, como, por exemplo, fazendo barulho excessivo em classe, na biblioteca ou no pátio da Escola;
- Desrespeitar, desacatar ou afrontar diretores, Professores, funcionários ou colaboradores da Escola;
- Fumar cigarros, charutos ou cachimbos dentro da Escola;
- Comparecer à Escola sob efeito de substâncias nocivas à saúde e à convivência social;
- Expor ou distribuir materiais dentro do estabelecimento escolar que violem as normas ou Políticas oficialmente definidas pela Secretaria de Educação ou pela Escola;
- Exibir ou distribuir textos, literatura ou materiais difamatórios, racistas ou preconceituosos, incluindo a exibição dos referidos materiais na internet;
- Danificar ou adulterar registros e documentos escolares, através de qualquer método, inclusive

o uso de computadores ou outros meios eletrônicos;

- Comprar, vender, furtar, transportar ou distribuir conteúdo totais ou parciais de provas a serem realizadas ou suas respostas corretas;
- Danificar ou destruir equipamentos, materiais ou instalações escolares; escrever, rabiscar ou produzir marcas em qualquer parede, vidraça, porta ou quadra de esportes da Escola;
- Intimidar o ambiente escolar com bomba ou ameaça de bomba;
- Empregar gestos ou expressões verbais que impliquem insultos ou ameaças a terceiros, incluindo hostilidade ou intimidação mediante o uso de apelidos racistas ou preconceituosos
- Emitir comentários ou insinuações de conotação sexual agressiva ou desrespeitosa, ou apresentar qualquer conduta de natureza sexualmente ofensiva.
- Estimular ou se envolver em brigas, manifestar conduta agressiva ou promover brincadeiras que impliquem risco de ferimentos, mesmo que leves em qualquer membro da Comunidade Escolar;
- Comportar-se no transporte escolar, de modo a representar risco de danos ou lesões ao condutor, aos demais passageiros, ao veículo ou aos passantes, como correr pelos corredores, atirar objetos pelas janelas, balançar o veículo, entre outros;
- Provocar ou forçar contato físico inapropriado ou não desejado dentro do ambiente escolar;
- Ameaçar, intimidar ou agredir fisicamente qualquer membro da comunidade escolar;
- Apropriar-se de objetos que pertencem à outra pessoa, sem a devida autorização ou sob ameaça;

Incentivar ou participar de atos de vandalismo que provoquem dano intencional a equipamentos, materiais e instalações escolares ou a pertences da Equipe Escolar, estudantes ou terceiros.

2- Do Regime Disciplinar de Caráter Pedagógico

Em consonância com o Regimento Disciplinar da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal, nossa unidade escolar o segue integralmente, pautando – se sempre no seu enfoque disciplinar, pedagógico e formativo.

De acordo com o Artigo 310 do Regimento da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal a aplicação de medidas disciplinares de caráter pedagógico constitui evidência para a avaliação de aspectos comportamentais, incluindo competências sócio emocionais, atitudes e valores, que fazem parte da formação integral do indivíduo e do desenvolvimento de todas as suas dimensões humanas, sendo avaliadas por meio de estratégias formativas, que devem respeitar a sua singularidade, suas forças e necessidades. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17).

As medidas disciplinares e seus efeitos na avaliação devem ser consideradas em conjunto com medidas de proteção a assistência que permitam e incentivem a permanência na unidade

escolar, a aprendizagem e o sucesso na formação integral dos estudantes. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17).

O docente deve certificar-se de que a aplicação das medidas previstas nos incisos I e II deste artigo não exponham o estudante a situações vexatórias, devendo ser feita preferencialmente de modo reservado. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17).

As medidas previstas nos incisos III e IV serão aplicadas por escrito e tão somente pelo Diretor, pelo Vice-Diretor ou pelo Supervisor, sendo obrigatoriamente cientificadas aos responsáveis legais do estudante menor. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio de 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17).

Em caso de inobservância das normas contidas neste mesmo Regimento e conforme a gravidade e/ou reincidência, o estudante estará sujeito à atribuição de ponto negativo no aspecto formativo do cálculo do componente curricular que acarretou a prática do descumprimento, sendo que sua aplicação deve ocorrer nos limites máximos a seguir:

I – Advertência oral ou retirada de sala de aula (-0,1);

II - Advertência escrita (-0,3);

III– Suspensão de sala de aula de, no máximo, três dias (- 0,5).

IV – Transferência, quando o ato for aconselhável para manutenção da ordem escolar e melhor desenvolvimento integral do estudante. (Incluído pela Portaria 180 de 30 de maio e 2019, publicada no DODF 102, de 31/5/2019, páginas 15 a 17).

3- Recursos Disciplinares Complementares

Para restaurar a harmonia e o adequado ambiente pedagógico, além das medidas disciplinares descritas nestas normas Professores, direção e o Conselho Escolar, podem utilizar, cumulativamente, os seguintes instrumentos de gestão da convivência escolar:

- Envolvimento de pais ou responsáveis no cotidiano escolar;
- Orientações individuais ou em grupo para mediar situações de conflito;
- Reuniões de orientação com pais e responsáveis;
- Encaminhamentos aos serviços de saúde adequados quando apresentar distúrbios que estejam interferindo no processo de aprendizagem ou no ambiente escolar;
- Encaminhamento aos serviços de assistência social existentes, quando do conhecimento de situação do estudante que demande tal assistência especializada;
- Encaminhamento ao Conselho Tutelar em caso de abandono intelectual, moral ou material por parte de pais ou responsáveis;

- Comunicação às autoridades competentes, dos órgãos de segurança pública, Poder Judiciário e Ministério Público, de crimes cometidos dentro dos espaços escolares.

Papel dos coordenadores pedagógicos na EC Café sem Troco:

O papel de um coordenador pedagógico em uma escola de educação infantil é de extrema importância para garantir o bom funcionamento da instituição e o desenvolvimento integral das crianças. O coordenador pedagógico desempenha diversas funções que visam promover a qualidade do ensino, o aprimoramento dos profissionais e o sucesso educacional das crianças. A seguir, destacarei algumas das principais atribuições desse profissional:

Orientação pedagógica: O coordenador pedagógico atua como um orientador e apoio para os professores, auxiliando-os na construção de práticas pedagógicas adequadas ao contexto da educação infantil. Ele fornece suporte para o planejamento de aulas, o desenvolvimento de projetos educacionais e a seleção de materiais didáticos adequados. Além disso, promove a reflexão sobre a prática pedagógica, estimula a busca por novas metodologias e oferece suporte individualizado aos professores.

Gestão curricular: O coordenador pedagógico desempenha um papel fundamental na definição e implementação do currículo da escola. Ele acompanha e avalia a adequação dos conteúdos, a sequência didática e os objetivos de aprendizagem, assegurando que estejam alinhados às diretrizes educacionais e às necessidades das crianças. Também é responsável por promover a interdisciplinaridade e a integração de diferentes áreas do conhecimento.

Formação e desenvolvimento profissional: O coordenador pedagógico organiza e coordena programas de formação continuada para os professores, visando ao aprimoramento de suas práticas pedagógicas. Ele identifica necessidades de capacitação, propõe cursos, workshops e encontros de estudo, e também estimula a participação em eventos educacionais. Além disso, o coordenador pedagógico realiza observações de aulas, feedbacks individuais e coletivos, e promove espaços de reflexão e troca de experiências entre os professores.

Acompanhamento do desenvolvimento das crianças: O coordenador pedagógico é responsável por monitorar o desenvolvimento das crianças, tanto no aspecto acadêmico quanto socioemocional. Ele auxilia os professores na análise dos resultados das avaliações e na identificação de estratégias para atender às necessidades individuais dos alunos. Além disso, o coordenador pedagógico pode promover ações de intervenção e suporte a crianças que apresentem dificuldades de aprendizagem ou comportamentais.

Articulação com a comunidade escolar: O coordenador pedagógico é o mediador entre a

equipe pedagógica, os pais e a direção da escola. Ele promove uma comunicação efetiva e uma parceria colaborativa com as famílias, realizando reuniões, orientações e acompanhamento do desenvolvimento das crianças. Além disso, o coordenador pedagógico pode organizar eventos, projetos e atividades que envolvam a participação dos pais e da comunidade.

Resumidamente, o coordenador pedagógico desempenha um papel central na gestão pedagógica e no desenvolvimento das práticas educacionais da escola. Ele atua como um facilitador, orientador e mediador, buscando garantir a qualidade do ensino, o desenvolvimento das crianças e a formação continuada dos profissionais envolvidos.

Os Projetos Pedagógicos desenvolvidos na Escola Classe Café Sem Troco são estruturados em 03 (três) blocos, assim descritos:

BLOCO INTEGRADOR	LETRAMENTO	LETRAMENTO MATEMÁTICO	BLOCO EDUCAÇÃO AMBIENTAL	BLOCO DE APOIO EDUCACIONAL
<ul style="list-style-type: none"> - Projeto Include; - Projeto Eu tenho Valor; - Semana de Educação para a Vida; - Escola Integral; - PECM - Plenarinha - Sarau Literário - Meu Aluno é 	<ul style="list-style-type: none"> - Café contando Histórias; - Projeto Interventivo (PI). - Pequenos Escritores Brilham na Escola Classe Café Sem Troco 	<ul style="list-style-type: none"> - Laboratório de Matemática Interdisciplinar; - Projeto Interventivo (PI). 	<ul style="list-style-type: none"> - Semana Café Contra a Dengue; - Semana da Conscientização do uso sustentável da Água. - Projeto Horta - Dia do Campo - Reserva Cafelândia 	<ul style="list-style-type: none"> - Projeto Sexualidade: Conhecer para respeitar; - Semana de Prevenção a Violência Sexual Infantil.

Show - Talentos do Campo -Projeto Junino				
--	--	--	--	--

Bloco Educação Ambiental, com ações voltadas para a conscientização sobre o nosso ambiente e como podemos intervir em sua conservação, em como exercer com dignidade e responsabilidade nosso papel de cidadãos e também como devemos preservar nossos recursos naturais e patrimoniais.

No Bloco Letramento as ações se direcionam para o diagnóstico, estruturação, planejamento e avaliação formativa sobre o aprendizado da leitura e da escrita, otimizando todas as metodologias de trabalho em busca do sucesso escolar. Também temos o Bloco de Letramento Matemático, tendo como foco a otimização das competências cognitivas relacionadas à Matemática.

No Bloco Integrador desenvolvemos aprendizagens interdisciplinares, como a Semana de Educação para a Vida e o Projeto “Eu tenho Valor”.

Contemplamos nossa Proposta Pedagógica com o Bloco de Apoio Educacional, este formado pela Orientação Educacional, Equipe Especializada de Apoio a Educação e a Sala de Recursos que, coletiva e excelentemente desenvolvem ações junto à Equipe Pedagógica contemplando diversas dimensões da formação integral dos nossos estudantes.

APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA PEDAGÓGICA

O Governo do Distrito Federal, por meio da Secretaria de Educação, vem enviando esforços no sentido de melhorar a qualidade e a produtividade do Ensino Público. Nesse sentido, a Escola

Classe Café Sem Troco procura realizar uma prática pedagógica que objetiva desenvolver uma Educação com qualidade que possa atingir os objetivos propostos, garantindo sucesso no processo de ensino e aprendizagem.

Este documento, elaborado pela Equipe Técnico – Pedagógica desta Escola Classe, apresenta o perfil de sua estrutura funcional, sua visão de futuro, metas, valores e missão, alicerçados por diretrizes e planos de ação mostrando, em linhas gerais, os maiores desafios a serem enfrentados no decorrer desta gestão.

No processo de construção e elaboração foi aplicado um questionário à Comunidade Escolar (pais/responsáveis e estudantes) no objetivo de obter informações para um melhor diagnóstico das expectativas destes em relação ao ensino, a Escola e a sociedade almejada, por meio do levantamento de opiniões do coletivo (Professores, servidores). Utilizamos, para esse diálogo com a Comunidade Escolar, a ferramenta PDDE INTERATIVO, observando as informações obtidas para pressupor as linhas gerais que norteariam toda a ação educativa adotada em busca de uma Escola Pública de maior excelência.

O questionário apresentava as seguintes questões, entre outras:

- O que você espera da Escola?
- Que atividades você gostaria que fossem desenvolvidas na Escola?
- Quais as suas responsabilidades para com a Escola?
- Quais as suas sugestões/ necessidades para o avanço da Escola?

A Proposta Pedagógica da Escola Classe Café Sem Troco, assim, foi construída em conjunto com toda a Comunidade Escolar e seus representantes, proporcionando momentos de leitura, discussões, reflexões e (re)avaliações de todos os membros envolvidos no processo de ensino-aprendizagem da Escola, onde a expectativa e o direcionamento de todos os nossos esforços estão em fazer um trabalho de maior excelência para juntos alcançarmos os melhores resultados. A comunidade participa via reuniões de pais e demais convocações deliberativas.

PRINCÍPIOS NORTEADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Optamos por uma proposta baseada na Pedagogia Emancipatória de Saviani (2005, p.75), que, por sua vez, deriva de uma concepção que articula Educação e sociedade, na qual o conhecimento não deve ser desvinculado de visão “crítico-social dos conteúdos”.

Nesse contexto, a Escola se constitui como lócus de divulgação e sistematização do saber construído historicamente pela humanidade e como uma instância articuladora do conhecimento em suas diferentes dimensões. Essa Escola deve ser pensada como instrumento capaz de formar sujeitos críticos e reflexivos, libertando-os das relações de opressão e dominação tornando-os capazes de assumir compromissos com a construção de uma sociedade democrática e inclusiva.

Os fins e princípios norteadores, estabelecidos pela Escola Classe Café Sem Troco para orientar a prática educativa do corpo docente, foram definidos de acordo com as diretrizes da constituição e da LDB, conforme preconizado pelo art. 13 da LDB, ou seja, “zelar pela aprendizagem dos estudantes” e, assim, formar cidadãos competentes, sensíveis e éticos.

Para subsidiar a apropriação do conhecimento pelo estudante, os Professores planejam regularmente suas aulas em horário de coordenação e trocam ideias entre si, buscando utilizar diferentes recursos pedagógicos para atingir o desenvolvimento integral do estudante.

Projeto Superação:

Vencer na escola, o primeiro passo para vencer na vida!

Introdução:

Muitas escolas, em todo o país enfrentam o desafio da defasagem idade/série, condição em que os alunos estão em séries abaixo de sua correspondente faixa etária. Essa questão complexa acaba impactando negativamente no desempenho acadêmico e na motivação dos alunos. O projeto "Superação: vencer na escola, o primeiro passo para vencer na vida!" A ser desenvolvido na EC Café Sem Troco, visa centralmente enfrentar essa questão de forma ampla, buscando soluções para promover o sucesso escolar e a inclusão de todos os alunos, tratando a questão da defasagem etária escolar com a atenção especial que esse problema merece.

Nossos objetivos:

Identificar os alunos com defasagem idade/série e compreender as razões por trás desse fenômeno pedagógico.

Criar estratégias pedagógicas diferenciadas para atender às necessidades específicas desses alunos em defasagem, promovendo ações de suporte socioemocional com o propósito de fortalecer a autoestima e impulsionar a automotivação dos estudantes.

Estabelecer parcerias com a entes da comunidade e com os pais para criar um ambiente favorável ao aprendizado, que seja desafiador porem que acolha o aluno em sua individualidade.

Nossa metodologia:

Após um diagnóstico pormenorizado (com instrumento específico a ser criado coletivamente) realizar um detalhado levantamento com a finalidade de identificar os alunos com defasagem idade/série e então obter informações sobre as razões causadoras desse problema.

Criar um grupo de estudo personalizado, com o objetivo de focar nas áreas de maior dificuldade dos alunos, usando materiais e estratégias pedagógicas adequadas à especificidade de cada caso.

Realizar atividades interdisciplinares e mesmo fora do currículo, para despertar a atenção, o interesse e a motivação dos estudantes. Introduzir aulas de reforço individualizadas para ajudar o aluno a alcançar o nível de aprendizado esperado para sua série.

Promover palestras, encontros com psicólogos e assistentes sociais para as famílias e a comunidade com o objetivo de abordar questões emocionais e fortalecer o desenvolvimento socioemocional dos alunos, não apenas no ambiente escolar mas junto a família e aos membros mais próximos de sua convivência.

Promover reuniões regulares para o compartilhamento do progresso dos alunos e oferecer orientações para apoiar o aprendizado das crianças em casa. Envolver os pais nesse processo permanente de monitoração do desempenho escolar de seus filhos, identificando dificuldades e suas raízes.

Nossa forma de avaliar:

Coletar informações com os pais, professores e alunos envolvidos no projeto para identificar seus pontos fortes e as áreas que necessitam de intervenção. Promover o monitoramento regular do progresso escolar dos alunos defasados, seja por meio de instrumentos avaliativos internos (na escola) ou externos (em casa).

Sempre que possível realizar reuniões avaliativas a fim de discutir os resultados alcançados e fazer os ajustes necessários nas estratégias, objetivando sempre aprimorar o projeto e incrementá-lo permanentemente.

Nossas parcerias:

Pretendemos criar parcerias com instituições locais, empresas, associação de moradores, de pais e mestres, bem como instituições sem fins lucrativos, engajando-os por meio de palestras, encontros, e atividades conjuntas na vida escolar das crianças. Entendemos que o envolvimento familiar no processo de superação da defasagem idade/série é fundamental para seu sucesso.

Nossa organização e a forma de funcionamento do projeto:

Os alunos que eventualmente necessitarem de intervenção pedagógicas serão mantidos dispersos em suas turmas, até mesmo porque nossa escola não dispõe de espaço físico suficiente para separar uma sala destinada ao projeto superação. No entanto, esse fato não caracteriza

qualquer prejuízo objetivo para os alunos, pois a atuação dos professores dentro do projeto, sua dedicação e envolvimento é que serão determinantes para seu êxito.

Nossos resultados esperados:

Objetivamos conseguir uma significativa redução na defasagem idade/série entre os alunos participantes do projeto, também pretendemos melhorar o desempenho acadêmico-estudantil e o engajamento dos alunos nas atividades da escola.

Incremento da autoestima, da motivação e confiança daqueles que se encontrarem em defasagem; e ainda fortalecer a relação existente entre a escola, a família e comunidade.

Projeto de Convivência e Cultura de paz:

“ Café com abraço, construindo uma escola harmoniosa. ”

Introdução:

Garantir uma cultura de paz e uma convivência harmoniosa entre os estudantes é algo fundamental para o desenvolvimento saudável das crianças. A família sempre será o ponto de partida na aprendizagem dos valores, e a escola desempenha um papel complementar, porém fundamental, pois tem muito a contribuir com a formação desses valores, formando um ambiente seguro e acolhedor para todos. Intentamos neste projeto implementar ações concretas que fomentem a cultura de paz e a convivência pacífica entre as crianças na escola infantil.

Nossos objetivos:

Auxiliar na concepção de uma escola pacífica, com espírito de gentileza e cortesia. Trabalhar pela solução pacífica e negociada dos conflitos surgidos no ambiente escolar, além de desenvolver habilidades socioemocionais nas crianças, como empatia, respeito e comunicação afetiva.

Conscientizar estudantes, profissionais da escola e comunidade acerca da importância do cultivo da paz e da convivência harmoniosa estimulando a participação ativa das famílias neste processo de construção. Trabalhar pela criação de um ambiente escolar seguro, inclusivo e respeitoso, onde as crianças se sintam valorizadas e protegidas

Atividades propostas:

Campanha de sensibilização: promover palestras e atividades educativas sobre paz e convivência para os pais, professores e funcionários da escola. Eventualmente convocar a comunidade escolar para reuniões onde se possa apresentar os avanços do projeto e rediscutir seus rumos.

Formar em nossos estudantes desde tenra idade o apreço pela democracia, pelas soluções negociadas dos conflitos e pela valorização de um ambiente pacífico e harmonioso.

Programa de habilidades socioemocionais:

Incorporar atividades socioemocionais no currículo, como jogos cooperativos, círculos de discussão e práticas de meditação e relaxamento, organizar aulas temáticas sobre respeito, empatia, tolerância e solução pacífica de conflitos.

Realizar formações com psicólogos convidados destinadas aos professores, onde se aprenda técnicas e estratégias de fomento de um ambiente menos propenso a violência.

Promover uma seleção de crianças interessadas em atuar junto a escola como mediadores nas situações de conflito, oferecer capacitação adequada para que se tornem mediadores eficazes e promovam a resolução pacífica de problemas entre os colegas.

Implementar ações que reforcem valores como respeito, gentileza e solidariedade, como a criação de um mural de boas ações e a distribuição de cartões de gratidão.

Reunir comunidade escolar para compartilhar o progresso do projeto e debater estratégias para promover a cultura de paz em casa. Acreditamos que a organização de eventos que envolvam familiares, como feiras culturais e festivais, irão fortalecer os laços entre a escola e as famílias.

Nosso acompanhamento e forma de avaliação:

Criar um sistema de monitoramento para avaliar a eficácia das atividades e identificar áreas que precisam de melhorias promovemos pesquisas de opinião com os pais, professores e alunos para coletar impressões acerca da eficácia do projeto.

Ter o registro de todos os conflitos surgidos no seio escolar, sejam eles quais forem, seja entre pais e professores, entre os profissionais que atuam na escola, entre os alunos e até mesmo entre a comunidade e a escola. Sempre com a intenção de monitorar o andamento das soluções, buscando a mediação pacífica e fraterna. Mudar sempre que necessário de estratégia quando a eficácia das ações não se mostrarem satisfatórias e manter um canal permanente de diálogo com a comunidade.

Conclusão:

A concepção e implementação de um projeto de cultura de paz e convivência na escola, sobretudo em um ambiente infantil, irá contribuir para o desenvolvimento integral das crianças, as aparelhando emocionalmente para lidar com os desafios cotidianos de forma construtiva, gentil e pacífica. Essa é uma missão particularmente desafiadora nesses tempos de intolerância e violência voltadas as escolas.

Infelizmente temos assistido um crescente de ataques violentos a ambientes escolares promovidos por indivíduos muitas vezes profundamente perturbados. É dever de todos zelar pela segurança no interior das escolas e auxiliar na concepção de um ambiente escolar harmonioso, pacífico e acolhedor; aberto a convivência das diferenças e diversidades. Assim, seguramente, estaremos todos colaborando com a construção das bases para uma sociedade mais pacífica, tolerante e plural.

AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM: CONCEPÇÕES PRÁTICAS

O Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal tem como princípio a centralidade da ação educativa nos estudantes e possibilita aos gestores educacionais e à comunidade escolar acompanhar as aprendizagens dos estudantes, por meio de dados emanados da Unidade Escolar e das análises realizadas pela SEEDF, com vistas a garantir os direitos às aprendizagens.

O Sistema Permanente de Avaliação Educacional do Distrito Federal subsidia a implementação e/ou reorientação de políticas públicas, sem prejuízo da responsabilização do poder público, da Família, da sociedade e da Unidade Escolar, observados os princípios da diversidade, da sustentabilidade, da cidadania e dos direitos humanos.

Em nossa Escola Classe Café Sem Troco o Sistema Permanente de Avaliação Educacional tem caráter formativo, objetivando acompanhar, orientar, regulamentar e redirecionar o trabalho do Professor. A avaliação formativa destina-se a promover a aprendizagem, realizando os diferentes estilos de avaliação, onde todos os parâmetros avaliados são considerados informações diagnósticas de grande importância no processo formativo.

Os Professores promovem avaliação interdisciplinar e contextualizada, realizando momentos de estudo do ambiente (familiar, econômico e cultural) do entorno da Escola, usando diferentes recursos para avaliar os estudantes (observação das atividades diárias, registros orais e escritos, seminários, participação em sala e outros).

Dessa forma, o momento avaliativo na Escola Classe Café Sem Troco se dá nas diversas dimensões do processo educacional: diagnóstica, participativa, processual, contínua e cumulativa. A avaliação diagnóstica envolve toda a escola. De acordo com o nível de escolaridade de cada turma, a equipe pedagógica elabora uma avaliação no início do ano letivo com o intuito de diagnosticar os conhecimentos prévios não só da turma, como de cada aluno individualmente. Durante as coletivas, os envolvidos analisam cada prova e o professor, a partir desse diagnóstico, planeja suas aulas e o conteúdo a ser trabalhado.

Os resultados são discutidos bimestralmente no Conselho de Classe de Professores, registrados em forma de relatórios individuais discursivos, repassados aos pais no final de cada bimestre. Sempre que necessário acontecem reuniões baseadas em resultados processuais de cada turma ou estudante, e com o intuito de avaliarmos e orientarmos nosso trabalho com fins estritamente pedagógicos.

PLANO DE AÇÃO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PPP

Programa de gestão de pessoas:

Uma das metas de nossa escola será o de desenvolver um programa de **gestão de pessoas** eficaz que valorize, motive e promova o bem-estar dos profissionais da escola, contribuindo para o sucesso educacional e o ambiente de trabalho positivo. Sabemos que o magistério é um campo profissional extremamente estressante e exaustivo do ponto de vista psicológico, por tanto, quaisquer iniciativas com o propósito de melhorar o ambiente de trabalho se traduzirá em ganho exponencial para os profissionais e certamente para os alunos. São essas as etapas de nosso programa:

1. Diagnóstico da Situação Atual:

- Realizar uma análise da situação atual da gestão de pessoas na escola, identificando pontos fortes e áreas de melhoria.
- Realizar pesquisas de clima organizacional e coletar impressões dos profissionais para compreender suas necessidades e expectativas.

2. Definição de Objetivos Específicos:

- Estabelecer objetivos claros para o programa de gestão de pessoas, alinhados com a missão e visão da escola.
- Identificar áreas prioritárias de atuação, como desenvolvimento profissional, comunicação interna, reconhecimento e bem-estar dos profissionais.

3. Desenvolvimento de Políticas e Procedimentos:

- Elaborar políticas e procedimentos relacionados à gestão de pessoas, abordando aspectos como avaliação de desempenho e formação continuada.
- Garantir que as políticas sejam claras, transparentes e alinhadas com as melhores práticas de gestão de pessoas.

4. Criação de um Plano de Comunicação Interna:

- Estabelecer um plano de comunicação interna eficaz, utilizando diferentes canais (como reuniões, murais, e-mails) para manter os profissionais informados sobre as políticas, programas e oportunidades de desenvolvimento via cursos na EAPE.
- Incentivar a comunicação bidirecional, oferecendo espaços para respostas e sugestões dos trabalhadores em educação.
- Desenvolver um sistema de reconhecimento que valorize as contribuições individuais e coletivas dos profissionais, por meio de premiações, elogios públicos e programas de incentivo.

5. Promoção do Bem-Estar dos Profissionais:

- Implementar ações para promover o bem-estar físico, mental e emocional dos profissionais, como atividades de promoção da saúde, apoio psicológico e momentos de relaxamento nas coordenações.

- Fomentar uma cultura de equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, incentivando práticas de autocuidado e o estabelecimento de limites saudáveis.
6. Monitoramento, Avaliação e Constante Revisão:
- Estabelecer indicadores de desempenho e mecanismos de avaliação para acompanhar a eficácia do programa de gestão de pessoas.
 - Realizar pesquisas periódicas de clima organizacional e coletar informações constantemente com os profissionais da escola para identificar pontos de melhoria e ajustar as práticas.
 - Efetuar revisões frequentes do programa de gestão de pessoal, atualizando as políticas e procedimentos sempre que necessário.
 -

PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS

PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE ESPECIALIZADA DE APOIO À APRENDIZAGEM – EEAA

INTRODUÇÃO

O Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem (SEAA) da SEE/DF constitui-se um serviço de apoio técnico pedagógico de caráter multidisciplinar, composto por profissionais com formação em Psicologia e em Pedagogia. Este serviço visa contribuir para o aprimoramento da atuação dos profissionais das instituições educacionais bem como colaborar para a promoção da melhoria do desempenho de todos os estudantes, viabilizando a concretização de uma cultura de sucesso escolar.

Segundo a Orientação Pedagógica – OP (2010) do SEAA, a atuação da Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem - EEAA deverá ser direcionada para o assessoramento à prática pedagógica e ao acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem em suas perspectivas preventiva, institucional e interventiva, sempre em articulação com as demais instâncias pedagógicas da instituição educacional.

O SEAA foi regulamentado em 2008, com a Portaria nº254 de 12/12/2008 embora a prestação desse serviço já acontecesse na rede de ensino do DF, com base nas orientações legais da LDB/1996, pelas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica do CNE, CNE/CEB nº 02/2001 entre outros documentos balizadores de políticas do MEC. De acordo com a

Portaria 133, a SEAA deverá acolher e orientar Professores e estudantes no contexto das Atividades Pedagógicas Não Presenciais.

Com base no exposto, este Plano de Ação se justifica na medida em que explicita o planejamento das ações coletivas que serão promovidas no ano de 2021, pela Equipe do SEAA, tomando como referencial as três dimensões de atuação, quais sejam: 1ª dimensão - Mapeamento Institucional; 2ª dimensão - Assessoria ao trabalho coletivo da Equipe Escolar; 3ª dimensão - Acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem dos estudantes. Foi elaborado inicialmente numa ação conjunta por profissionais integrantes do SEAA da CRE Paranoá/ Itapoã para reflexão e discussão da atuação da EEAA neste contexto. Num segundo momento, as estratégias de ensino foram planejadas de acordo com as especificidades de cada Unidade Escolar.

OBJETIVO GERAL

Promover a melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de intervenções avaliativas, preventivas e institucionais.

PERÍODO

O presente plano de ação é de caráter anual de maneira híbrida ou presencial, seguindo o Calendário Escolar da SEE/DF.

DIMENSÃO 1 – MAPEAMENTO INSTITUCIONAL

OBJETIVO GERAL: Conhecer o contexto escolar por meio de mapeamento e reflexão acerca dos diversos aspectos institucionais; desenvolver estratégias de escuta qualificada das vozes institucionais, para analisar e entender os aspectos intersubjetivos.

Mapeamento Institucional			
Metas	Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos
- Conhecer a estrutura física e funcional da Escola Classe Café Sem Troco;	- Visitação presencial da Unidade Escolar; - Solicitando para o Secretário da UE a listagem dos servidores e suas respectivas funções, quantidade de salas, números de	11/03; 04/03;	- Chefe de Secretaria, SOE e AEE/Sala de Recursos; - Chefe de Secretaria; - Pedagoga e psicóloga da EEAA, docentes, Equipe Gestora, Secretário Escolar, coordenadores

<ul style="list-style-type: none"> - Promover ações pedagógicas de acolhimento aos Professores nas coordenações coletivas; - Identificar as tendências educacionais e as concepções sobre Educação, ensino, desenvolvimento e aprendizagem; - Diagnosticar áreas de interesse e/ou lacunas na formação dos educadores para promover trocas de experiências contemplando tais necessidades; - Entrevistar os Professores individualmente e por grupos; - Reunir com a Equipe Gestora, Equipe de Apoio e Supervisão; - Identificar os tipos de interações que ocorrem entre os segmentos que compõem a comunidade escolar; 	<p>turmas, total de estudantes, listagem de todas as turmas, quantitativo de estudante NEE por etapa (modalidade/série-ano);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise dos documentos institucionais da Unidade Escolar; Levantamento de dados com a secretaria acerca dos índices e quantitativos da instituição de ensino; - Receber presencialmente as Famílias com estudantes especiais; - Escuta institucional e/ou observação em todos os âmbitos da rotina escolar; - Articulação de parcerias com os diversos serviços de apoio oferecidos; - Participação em todos os espaços do cotidiano escolar pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem; - Discussão a respeito do papel de cada um dos atores envolvidos no processo de ensino e aprendizagem; - Acompanhamento dos resultados dos projetos na Unidade Escolar e suporte para a implementação e/ou atualização dos mesmos; - Participando de vídeo chamadas dos 	<p>Durante o ano todo.</p>	<p>pedagógicos, orientadora educacional, Professora da Sala de Recursos, auxiliares de Educação da unidade de ensino, Comunidade Escolar e discentes.</p> <p>- Pedagogas da EEAA, SOE, AEE/Sala de Recursos, Equipe Gestora e Coordenadores.</p>
--	--	-----------------------------------	--

<p>promovendo intervenções e reflexões;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ler o regimento interno, conhecer os Projetos e a Proposta Pedagógica; - Participar ativamente dos projetos da UE; - Criar Projeto para “acolher” e trabalhar as emoções. 	<p>Professores em turno contrário (aula de reforço e/ou reagrupamento);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Entrevistas com os Professores Regentes para coletar dados pertinentes ao processo educacional e queixas escolares em questão; - Execução do Projeto “EM CADA VIAGEM UMA EMOÇÃO”; 		
---	--	--	--

DIMENSÃO 2 – ASSESSORIA DO TRABALHO COLETIVO

OBJETIVO GERAL: Oferecer suporte ao processo de Gestão Escolar; contribuir com conhecimentos especializados na promoção da formação continuada do corpo docente; mobilizar a comunidade rumo a uma participação mais efetiva do cotidiano escolar.

ASSESSORIA DO TRABALHO COLETIVO

Metas	Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos
<p>Contribuir para a atualização e implementação do Projeto Político Pedagógico;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentar o plano de ação de 2021 da EEAA para Equipes Gestora e Pedagógica; - Facilitar e incentivar a construção de estratégias diversificadas de ensinos quanto forem possíveis; - Contribuir com a formação continuada dos 	<ul style="list-style-type: none"> - Atualização do PPP com ações que contemplem as demandas coletadas em 2020; - Esclarecimento da atuação da EEAA em todas as dimensões da Orientação Pedagógica do serviço, com ênfase nos diferentes níveis do PAIQUE; - Participação nas Coordenações Coletivas, Conselhos de Classes e Estudos de Caso, 	<p>Ao longo do ano letivo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Pedagogas da EEAA, SOE, AEE/Sala de Recursos, Equipe Gestora e Coordenadores Pedagógicos.

<p>Professores;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Promover grupos de discussões de técnicas e estratégias de trabalho; - Contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os sujeitos da UE; - Intervir nas situações de queixa escolar; - Oferecer um espaço de escuta aos familiares sobre situações que atrapalhem o sucesso escolar; - Promover espaços de reflexão; - Promover espaços de reflexão de situações que impedem o desenvolvimento do trabalho coletivo; - Desenvolver coletivamente estratégias que favoreçam o trabalho em Equipe; - Contribuir com o desenvolvimento de competências e habilidades de todos os atores envolvidos com a instituição de ensino; - Mobilizar o corpo docente para participar de momentos de estudos e discussões relacionados a práticas exitosas; - Promover e participar de Oficinas 	<p>apresentando intervenções/sugestões pertinentes aos planejamentos em questão;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Orientações aos Professores Regentes de acordo com os encaminhamentos/solicitações de apoio; - Promoção de momentos de troca de experiências entre os pares com discussão de possibilidades diferenciadas de intervenções acerca das dificuldades de aprendizagem; - Participação ativa nos grupos para observação dos estudantes em queixa; - Elaboração e disponibilização de materiais virtuais ou não, com sugestões de bibliografias e temas pertinentes; - Implantação do Projeto “EM CADA VIAGEM UMA EMOÇÃO” para estimular a conscientização emocional de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem por meio de contação de histórias encenadas (aulas presenciais) ou gravadas (aulas remotas), leitura de literatura infantil, 		
--	--	--	--

<p>Pedagógicas e Projetos de acordo com o levantamento de necessidades do Mapeamento Institucional;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fazer estudos de caso; - Participar dos Conselhos de Classe; - Realizar Projetos e ações institucionais; - Identificar as barreiras que estejam dificultando o ensino e a aprendizagem; - Intervir e assessorar o trabalho coletivo dos Professores; - Observar as queixas dos Professores e traçar estratégias favorecendo avanços progressivos e contínuos dos estudantes. 	<p>dinâmicas e relaxamentos;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Apresentação do desenvolvimento do Projeto “EM CADA VIAGEM UMA EMOÇÃO” para sensibilizar e conscientizar os familiares dos estudantes acerca do seu papel na Educação dos filhos, debatendo as emoções e mostrando suas potencialidades. 		
---	---	--	--

DIMENSÃO 3 – ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

OBJETIVO GERAL: Assessorar e avaliar o processo de ensino e aprendizagem visando a promoção do desenvolvimento do educando em busca da concretização do sucesso escolar, levando em conta a idade/ano que o educando se encontra.

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Metas	Estratégias	Cronograma	Profissionais envolvidos
-Construir, conjuntamente com o	- Análise de práticas escolares que	- Ao longo do ano letivo.	- Pedagogas da EEAA, SOE, AEE/Sala de Recursos, Equipes

<p>Professor, alternativas didáticas- metodológicas de ensino e de avaliação com foco na promoção de habilidades e competências dos educandos, incorporando as às práticas pedagógicas;</p> <p>- Intervir individualmente (vídeo chamada ou áudios em aulas remotas) e/ ou em grupo (níveis do PAIQUE) junto aos sujeitos e aspectos que possam dificultar o processo de ensino e aprendizagem;</p> <p>- Avaliar de maneira contextual os estudantes para encaminhamentos necessários e/ou previstos na estratégia de matrícula da SEEDF;</p> <p>-Elaborar documentos/relatórios apresentando a devolutiva de cada caso com as possibilidades de adequação ou readequação educacional e de intervenção pedagógica para a situação escolar do estudante;</p> <p>- Acompanhar e dar suporte para a realização de projetos interventivos e</p>	<p>favoreçam o crescimento no desempenho dos estudantes, com vistas à cultura de sucesso escolar;</p> <p>- Acompanhamento individualizado e/ou em grupo com intervenções relacionadas às habilidades e competências previstas no currículo; Assessoria aos planejamentos de aula com intervenções pedagógicas específicas de acordo com as dificuldades;</p> <p>- Sugestão e supervisão de atividades dirigidas com objetivo pedagógico de propiciar consciência de si mesmo e interação entre os estudantes para desenvolvimento perceptivo, psicomotor, afetivo e outros;</p> <p>- Reflexões acerca do processo de ensino aprendizagem visando adaptações avaliativas e adequações curriculares;</p> <p>- Encontros e reuniões com pais e/ou responsáveis para estimular participação constante na vida escolar de seus filhos;</p> <p>- Devolutivas em todos os campos de atuação da EEAA;</p> <p>- Planejamento e</p>		<p>Gestora e Pedagógica, estudantes e familiares</p>
---	---	--	--

<p>reagrupamentos que viabilizem a aprendizagem;</p> <p>- Promover e participar do Projeto “EM CADA VIAGEM UMA EMOÇÃO”.</p>	<p>participação, junto aos discentes e docentes, em atividades dirigidas relacionadas ao projeto que trabalha as emoções (bimestral/mensal respectivamente);</p> <p>- Participação de convidados com histórias de superação para incentivar os estudantes a acreditarem num futuro promissor.</p>		
---	---	--	--

VIII. Acompanhamento e Avaliação

Este plano será acompanhado e avaliado ao fim de cada semestre pelos profissionais do SEAA e Equipe Gestora da instituição de ensino por meio de observações sistemáticas das ações aqui propostas, reflexões e análise sobre o andamento dessas ações (como e se estão sendo atendidas), além de revisão das necessidades da Unidade Escolar.

PLANO DE AÇÃO ANUAL DA ORIENTAÇÃO EDUCACIONAL

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) - Orientador(a) Educacional integra a Equipe Pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30)

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da rede pública de ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada à Proposta Pedagógica - PP da Unidade Escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59)

Pedagoga - Orientadora Educacional: Daniela Vieira Sobrinho Dourado
Matrícula: 2438658 Turno: Diurno.

De acordo com a Orientação Pedagógica da Orientação Educacional o(a) Pedagogo(a) -

Orientador(a) Educacional integra a equipe pedagógica da Unidade Escolar incorporando suas ações ao processo educativo global, na perspectiva da Educação em e para os Direitos Humanos, Cidadania, Diversidade e Sustentabilidade, objetivando a aprendizagem e o desenvolvimento integral do estudante. (2019, p. 30).

Tendo em vista o que está preconizado no Regimento da rede pública de ensino do Distrito Federal, disposto no Art. 127. A atuação do Pedagogo-Orientador Educacional deve partir do princípio da ação coletiva, contextualizada, integrada à Proposta Pedagógica - PP da unidade escolar, visando à aprendizagem e ao desenvolvimento integral do estudante como ser autônomo, crítico, participativo, criativo e protagonista, capaz de interagir no meio social e escolar e de exercer sua cidadania com responsabilidade. (2019, p.59).

Assim sendo, segue o planejamento da Orientação Educacional para o presente ano letivo:

METAS
<p>Implantar e implementar a Orientação Educacional na Unidade Escolar.</p> <p>Criar a identidade da Orientação Educacional em todos os eixos.</p> <p>Conscientizar toda a comunidade escolar quanto à importância das temáticas transversais para a educação integral do estudante. Criar uma parceria duradoura entre escola e família.</p> <p>Melhorar as relações dentro da comunidade escolar, com foco no trabalho coletivo e organizado.</p> <p>Aumentar a conscientização da importância da educação, da rotina de estudos, do acompanhamento escolar.</p>

FUNDAMENTAÇÃO CURRICULAR

TEMÁTICA	Educação em Cidadania e DH	Educação em Diversidade e Educação em Sustentabilidade	ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS	EIXO DE AÇÃO	PERÍODO DE EXECUÇÃO
Autoestima		X	Atividades que incentivam o reconhecimento e o desenvolvimento de qualidades individuais e autoconfiança.	Ação junto aos estudantes.	Durante o ano letivo.
Cultura de paz		X	Trabalhar o tema bullying em sala de aula e realizar dinâmicas que incentivam o respeito, a empatia, a tolerância e a boa	Ações junto aos estudantes, às famílias	Durante o ano letivo. Durante o

Mediação de conflitos		X	convivência. Conversar com os estudantes e com as famílias, em caso de ocorrência de episódios de violência escolar. Conversas em grupo e individualmente com professores, estudantes e família para mediar possíveis conflitos.	e aos professores. Ações junto aos professores, estudantes e famílias.	ano letivo.
Desenvolvimento de competências socioemocionais		X	Contação de história sobre os sentimentos e dinâmica que permite que os estudantes exponham seus sentimentos, para que eles saibam identificar suas emoções para melhor administrá-las. Conversar com as famílias, em caso de estudantes que apresentem comportamentos que indicam a necessidade de encaminhamento para atendimento psicológico. Encaminhar para o Conselho Tutelar, estudantes que apresentem comportamentos que necessitam de acompanhamento psicológico, casos previstos em lei.	Ação junto aos estudantes e às famílias. Ação junto à rede de apoio externa.	Mês de setembro. Durante o ano letivo.
Integração família/escola.	X		Conversas individuais e/ou coletivas com as famílias em caso de estudantes encaminhados pelos professores, para possíveis orientações.	Ações junto aos estudantes, família e equipe escolar.	Durante o ano letivo.

Saúde		X	<p>Orientar as famílias a procurar o Serviço de saúde, caso a criança apresente alguma necessidade física ou emocional. Indicar, para as famílias, locais que oferecem assistência psicológica, caso seja necessário.</p>	<p>Ações junto aos estudantes e à família.</p> <p>Ação junto à rede de apoio interna e externa.</p>	Durante o ano letivo.
Sexualidade	X		<p>Trabalhar o tema educação sexual, abordando as mudanças que ocorrem no corpo durante a puberdade, prevenção ao abuso sexual e o combate à pornografia infantil. Conversar com os estudantes e com a família, em caso de sexualidade precoce.</p> <p>Encaminhar para o Conselho Tutelar, casos de violência sexual.</p>	<p>Ação junto aos estudantes e à família.</p> <p>Ação junto à rede de apoio externa.</p>	Mês de maio.
Transição	X		<p>No começo do ano letivo, oferecer sugestão de dinâmicas sobre acolhimento, aos professores.</p> <p>Conversa com os estudantes, dando boas vindas e apresentar a escola para aqueles que estão chegando na UE.</p> <p>No final do ano letivo, participar de evento de transição a escola para aqueles que estão chegando na UE.</p> <p>No final do ano letivo, participar de evento de transição para aqueles que</p>	<p>Ação junto aos estudantes.</p>	Mês de fevereiro. Mês de dezembro

			vão para o 6º ano. Diálogo com os estudantes para falar sobre a nova fase do ano seguinte e sanar possíveis dúvidas.		
Inclusão e diversidade		X	<p>Dinâmicas que incentivam o respeito às diversidades, sugestão aos professores que enfatizem esse tema com seus alunos, nas abordagens cotidianas.</p> <p>Conversar individualmente com os estudantes e suas famílias afim de resolver conflitos provenientes da falta de respeito e tolerância às diversidades.</p> <p>Projeto Consciência Negra, abordando a importância do respeito ao próximo.</p>	Ações junto aos professores, aos estudantes e às famílias	Durante o ano letivo
Ensino e aprendizagem	X	X	<p>X Participar do Conselho de classe e das reuniões coletivas para acompanhar o desenvolvimento de aprendizagem dos estudantes e identificar possíveis necessidades de interferência junto às famílias, para conscientizar sobre a importância da participação ativa na vida escolar dos filhos.</p> <p>Aconselhar a família e o estudante sobre os hábitos de estudo e frequência escolar.</p> <p>Auxiliar os professores e a equipe gestora no processo de acompanhamento de frequência.</p> <p>Encaminhar para o Conselho Tutelar os casos</p>	Ações junto aos estudantes, à família e à equipe escolar.	Durante o ano letivo

			de estudantes faltosos, previstos em lei.		
--	--	--	---	--	--

INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO E INDICADORES DE RESULTADOS
--

<p>Conselhos de classe; Participação e reação dos estudantes nas propostas realizadas; Reuniões coletivas.</p>
--

PLANO DE AÇÃO DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

INTRODUÇÃO

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva define que o atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos estudantes, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (Brasil, 2008).

De acordo com a Orientação Pedagógica da Educação Especial (2010), o Atendimento Educacional Especializado é um serviço de natureza pedagógica realizado na Sala de Recursos por Professor especializado que complementa as orientações curriculares desenvolvidas em classe comum. A sua oferta é obrigatória pelo sistema de ensino para os estudantes diagnosticados com Deficiência Intelectual (DI), Deficiência física (DF), Deficiências Múltiplas (DMU) e Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD).

O Atendimento Educacional Especializado que ocorre na Sala de Recursos deve estar fundamentado nas habilidades e competências do estudante, considerando sua condição específica para realizar determinadas tarefas. Nesse sentido, a avaliação é imprescindível para o Professor iniciar o trabalho pedagógico especializado, pois é importante conhecer o estudante e as suas condições de inserção e participação na Escola, na Família e na sala de aula regular.

Assim, o Professor poderá providenciar os ajustes e as adequações nos diferentes âmbitos que interferem diretamente no processo de ensino e de aprendizagem do estudante, público-alvo do Atendimento Educacional Especializado, garantindo-lhe educação de qualidade.

Atendimento Educacional Especializado no contexto da Comunidade Escolar

A Escola Classe Café Sem troco, uma Escola do Campo, oferta o atendimento Especializado na Sala de Recursos Generalista, os estudantes atendidos apresentam em uma grande maioria diagnóstico com Deficiência Intelectual.

Pensando nesse desafio de garantir um ambiente educacional acolhedor que efetivamente promova a escolarização do estudante na perspectiva da Educação Inclusiva, assumimos um caráter de suporte e apoio à Educação regular, por meio do atendimento à Escola, ao Professor da classe regular e ao estudante.

Com o objetivo de promover o ensino de conteúdo específicos, utilizamos estratégias e recursos pedagógicos e de tecnologia diferenciados, no qual facilitam a abordagem dos conteúdos que são fundamentais para garantir a aprendizagem e acesso ao conhecimento.

OBJETIVO GERAL

Promover a melhoria da qualidade do processo de ensino e de aprendizagem, por meio de intervenções avaliativas, preventivas e institucionais.

PERÍODO

O presente plano de ação é de caráter anual, seguindo o Calendário Escolar da SEE/DF.

ORGANIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO ANUAL

Ações	Objetivos	Público alvo	Cronograma	Avaliação
Trabalhar com jogos pedagógicos aliados a realidade de cada estudante.	- Desenvolver o aspecto cognitivo do estudante nos quesitos: percepção, atenção, memória, linguagem e raciocínio lógico.	- Estudantes atendidos na Sala de Recursos.	- Todo o ano letivo.	- Identificar as necessidades específicas e as habilidades do estudante, bem como características do desenvolvimento e funcionamento cognitivo, da linguagem, dos estilos e ritmos de aprendizagem, do desenvolvimento motor e dos comportamentos e atitudes do estudante em situação de aprendizagem escolar através de estímulos.

<p>-Participação efetiva do Professor da Sala de Recursos nos espaços coletivos (coordenações, Conselhos de Classe e momentos de planejamento diversos).</p>	<p>- Identificar as práticas e concepções educativas sobre Educação, ensino, desenvolvimento e aprendizagem;</p> <p>- Perceber os tipos de interações (incoerências, conflitos ou avanços) que ocorrem entre os diversos segmentos que compõem a Comunidade Escolar.</p>	<p>- Toda Comunidade Escolar.</p>	<p>- Todo o ano letivo.</p>	<p>- A avaliação será Realizada coletivamente por meio de conversas e feedback.</p>
<p>- Produzir materiais didáticos e pedagógicos, tendo em vista as necessidades específicas de cada estudante em sala de aula do ensino regular.</p>	<p>- Prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular e garantir serviços de apoio especializados de acordo com as necessidades individuais dos estudantes;</p> <p>- Promover sua interação social e escolar.</p>	<p>-Estudantes atendidos na SR.</p>		<p>- Com base nas potencialidades e considerando as dificuldades apresentadas pelo estudante, indicar quais são as suas necessidades educacionais especiais que constituem os objetivos do planejamento pedagógico no AEE.</p>

<p>- Desenvolver atividades relativas ao trabalho com a postura, locomoção, manipulação de objetos e Aprendizagem Motora (lateralidade, equilíbrio, orientação espaço temporal)</p>	<p>- Desenvolver habilidades e capacidade motora, orientação e mobilidade; - Possibilitar a construção de conhecimentos sobre os diferentes espaços e ambientes, facilitando a locomoção dos estudantes.</p>	<p>- Estudantes atendidos na sala de recursos</p>	<p>- Todo o ano letivo</p>	<p>- Observações e registros; - Permanente e concomitante a execução das atividades.</p>
<p>- Atividades diferenciadas que abordem as especificidades relativas à Adequação Curricular de cada estudante.</p>	<p>- Possibilitar o desenvolvimento da leitura, da escrita e do raciocínio matemático de maneira compatível com seu nível de conhecimento e de acordo com as limitações apresentadas.</p>	<p>- Estudantes atendidos na SR.</p>	<p>- Todo o ano letivo</p>	<p>- Observação diária juntamente com Professor regente; - Relatório descritivo.</p>
<p>- Estabelecer articulação com os Professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade.</p>	<p>- Buscar através dessa interação as necessidades Específicas de cada estudante; - Buscar estratégias necessárias que promova a participação efetiva dos estudantes com necessidades educacionais</p>	<p>- Professores E estudantes atendidos na SR.</p>	<p>- Todo o ano letivo</p>	<p>- Interações informais.</p>

	especiais nas atividades escolares.			
- Realizar entrevista com o(s) Professor (es), Gestores da Escola e a Família do estudante.	- Obter informações e dados a respeito das problemáticas enfrentadas pelo estudante em situações de aprendizagem; - Conhecer as características do ambiente familiar, do convívio, das relações e das condições do desse ambiente para aprendizagem escolar.	- Direção, Professores e Família.	- Durante todo ano letivo, em reuniões de pais e Conselho Escolar.	- Registro descritivo de informações pertinentes.

PLANO DE AÇÃO O PROGRAMA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL



JUSTIFICATIVA

O currículo da Educação Básica da SEEDF contempla a concepção de Educação Integral como aquela que visa garantir uma formação capaz de contribuir para o desenvolvimento das pessoas em todos os seus aspectos, sejam eles éticos, políticos, cognitivos, afetivos, emocionais, sociais, culturais, físicos, motores, entre outros. Tal concepção permite que grupos e segmentos sociais, historicamente excluídos, tornem-se agentes do processo educativo. De acordo com o Currículo, trata-se de fomentar uma prática educativa que promova a mobilidade social e garanta seus direitos.

A Educação Integral respalda-se na ideia de ampliação dos tempos escolares, haja vista possibilitar às crianças, adolescentes e jovens, envolver-se em atividades educativas, artísticas, culturais, esportivas e de lazer, a fim de reduzir a evasão, a reprovação e a defasagem idade-ano, bem como promover uma prática pedagógica que otimize a formação integral e integrada do estudante, tanto nos aspectos cognitivos quanto nos socioemocionais.

O Programa Escola em Tempo Integral vem oportunizar o desenvolvimento socioemocional e cognitivo, dos estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade e/ou com dificuldades na sua vida escolar. Desse modo possibilita a ampliação de oportunidades e conseqüentemente o fortalecimento da participação cidadã no processo de concretização dos fundamentos, objetivos e procedimentos propostos pelo Currículo em Movimento da Educação Básica da SEEDF.

OBJETIVO GERAL

O Programa Educação Integral, visa garantir uma formação capaz de contribuir para o desenvolvimento das pessoas, em todos os seus aspectos: cognitivos, físicos, éticos, políticos, afetivos, emocionais, sociais, culturais, motores..., onde apresenta como seus princípios: integralidade, intersetor idade, transversalidade, diálogo Escola - Comunidade, territorialização, trabalho em rede e convivência escolar.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Oferecer Educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Escolas Públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) estudantes da Educação básica (Meta 06 do Plano Nacional de Educação);
- Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo no último ano de vigência deste plano, para as populações do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (Meta 08 do Plano Nacional de Educação);
- Fomentar a qualidade da Educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o IDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental; 5,2 no ensino médio (Meta 07 do Plano nacional de Educação);
- Ampliar a oferta de Educação Infantil em tempo integral, preferencialmente nas regiões administrativas de maior vulnerabilidade social, com base no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH;
- Ofertar, progressivamente, o acesso à Educação Infantil em tempo integral para todas as crianças de 0 a 5 anos, conforme estabelecido nas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Infantil;
- Atender aos estudantes das turmas em situação de distorção idade-série com tempo integral, de forma a contemplar a totalidade da Unidade Escolar;
- Relacionar o planejamento das atividades com o da sala regular;
- Buscar meios diversificados, lúdicos e estratégias pedagógicas que fujam da monotonia;
- Dar significância ao trabalho desenvolvido: Buscar meios atrativos, dentro da realidade social e econômica da região e da zona de interesse do estudante;
- Fomentar a participação das Famílias e comunidade nas atividades desenvolvidas; contribuir para a formação de crianças e adolescentes, como agentes e formadores de uma sociedade;
- Evidenciar as potencialidades individuais de cada estudante, incentivar o desenvolvimento próprio;
- Contribuir com a formação humana, por meio de práticas educativas associadas a diversas áreas do conhecimento, tais como cultura, artes, esporte, lazer, entre outras, visando ao pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

METODOLOGIA

As atividades serão associadas, em sua maioria, a práticas educativas com formação humana em diferentes dimensões: cultura, lazer, esporte, arte..., entre outros.

Serão utilizados jogos pedagógicos, confecção de brinquedos e jogos, com materiais de reaproveitamento, leitura através do uso de **KARAOKÊ**, leitura de diferentes gêneros textuais,

produção de alimentos usando receitas, peças teatrais e musicais, capoeira, danças regionais e diversas, resgatar brincadeiras antigas.

AVALIAÇÃO

Os estudantes serão avaliados nos primeiros dias de aula (avaliação diagnóstica), como forma de identificação de suas necessidades e também como construção de um meio norteador para as estratégias de atividades a serem desenvolvidas.

Serão avaliados de forma individual, por meio de observações somativas respeitando suas próprias necessidades e avanços, onde esse currículo se transforma constantemente de acordo com a necessidade do educando.

SERVIDORES READAPTADOS

A PORTARIA Nº 14, DE 11 DE JANEIRO DE 2021, dispõe sobre os critérios referentes à atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal nas atividades de docência e na orientação educacional, sobre a organização e atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público, inclusive dos readaptados e PCDs (pessoas com deficiência) com adequação expressa para não regência e do Analista de Gestão Educacional – Psicologia, da Carreira Assistência à Educação, no Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem, nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e unidades parceiras, sobre a organização dos atendimentos ofertados e sobre os critérios de modulação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público readaptados e PCDs com adequação expressa para não regência.

Em atenção especial aos servidores readaptados, esta Portaria abrevia, em seu Artigo 1º: Aprovar normas sobre a atuação dos servidores integrantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal em exercício nas Unidades Escolares da Rede Pública de Ensino e unidades parceiras, quanto:

V - à modulação e à atuação dos servidores readaptados e servidores PCDs com adequação expressa para não regência;

No Art. 24: A atuação do servidor readaptado e do servidor PCD com adequação expressa para não regência de classe, bem como do servidor com restrição temporária, deve respeitar a jornada de trabalho da UE/UEE/ENE;

§1º A atividade a ser desenvolvida pelo servidor readaptado e pelo servidor PCD com adequação expressa para não regência de classe, bem como do servidor com restrição temporária será compartilhada com o coordenador pedagógico local, Professores e demais profissionais da Educação no espaço da coordenação coletiva;

Art. 39. Para o servidor readaptado, o servidor PCD com adequação expressa para não regência de classe e o servidor em restrição temporária, respeitadas a condição de readaptação, de deficiência

e de restrição temporária, a coordenação pedagógica dar-se-á da seguinte forma:

I - Com jornada ampliada, a coordenação pedagógica dar-se-á no turno contrário ao de atuação, totalizando quinze horas semanais, devendo atender ao disposto abaixo:

- a) quartas-feiras destinadas à coordenação coletiva na UE/UEE/ENE;
- b) dois dias destinados à coordenação individual na UE/UEE/ENE ou à formação continuada;
- c) dois dias destinados à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

II - No regime de vinte mais vinte horas ou vinte horas semanais, a coordenação pedagógica dar-se-á em oito horas semanais, no respectivo turno, sendo:

- a) um dia da semana destinado à coordenação pedagógica individual ou coletiva na UE/UEE ou à formação continuada;
- b) um dia da semana destinado à coordenação pedagógica individual, podendo ser realizada fora do ambiente escolar.

No Art. 52. Fica a UE/UEE/ENE autorizada a escolher Coordenadores Pedagógicos Locais entre os Professores readaptados referendados por seus pares em ata específica e que atendam aos requisitos do art. 40 desta Portaria, no mesmo quantitativo de Coordenadores Pedagógicos Locais previsto nos artigos 47 e 48.

Já o Art. 70. Para atuar no AEE/ Sala de Recursos, o profissional deve ser ocupante do cargo de Professor de Educação Básica com aptidão comprovada, conforme Portaria própria.

Parágrafo único. Se Professor readaptado, deve ser verificado, no laudo médico de readaptação emitido pela SUBSAUDE/SEQUALI/SEEC, se as restrições determinadas são compatíveis com a atuação requerida no AEE.

Art. 88. Respeitado o previsto no art. 277 da Lei Complementar nº 840/2011, o servidor readaptado e o servidor PCD com adequação expressa para não regência de classe podem atuar nas seguintes áreas da UE/UEE/ENE, desde que as restrições/adequações definidas no laudo médico emitido pela SUBSAUDE/SEQUALI/SEEC, sejam compatíveis com a atuação:

- I - Em Biblioteca Escolar e Biblioteca Escolar - Comunitária, conforme norma específica;
- II - Em videoteca, laboratório de informática e laboratório de ciências, brinquedoteca, Ludoteca, musicoteca, cineclube escolar e outros espaços em que se faça uso de multimeios didáticos para suporte ao Professor regente, ou na condução direta da atividade, quando a restrição assim o permitir;
- III - Em atividades de apoio pedagógico, tais como: atendimento à Comunidade Escolar, acompanhamento de atividades pedagógicas complementares (reforço e/ou atendimento individual ou em pequenos grupos) e outras correlatas;
- IV - Em atividades de apoio à coordenação pedagógica, na articulação das relações institucionais

(visitações, palestras, projetos, estágios, entre outras), elaboração de material pedagógico, orientação de estudos, elaboração e confecção de murais temáticos, em eventos comemorativos.

PROJETOS ESPECÍFICOS DA UNIDADE ESCOLAR

Quadro síntese dos projetos pedagógicos:

PROJETO	TURMAS ENVOLVIDAS
1. PROJETO INCLUDE	Turmas de 5º Ano
2. PROJETO EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO	Conforme Portaria atualizada anualmente
3. PROJETO INTERVENTIVO	Todas as turmas da Unidade Escolar
4. PROJETO PLENARINHA	Educação Infantil e turmas de 1º Ano
5. PROJETO SEXUALIDADE	Turmas de 5º Ano

PROJETO ENSINO FUNDAMENTAL (BILINGUE) TURMA WARAO:

Uma proposta de se estabelecer uma escola com projeto bilíngue, português/espanhol/warao, aproveitando a troca cultural com a comunidade Warao originária da Venezuela.

Justificativa

A Venezuela está passando por condições socioeconômicas dramáticas que demandam atenção especial dos organismos internacionais. A emergência humanitária do país afetou todos os setores da sociedade, especialmente as populações historicamente vulneráveis que se viram sem meios para sobreviver à crise e se deslocaram para o Brasil e outros países da região, incluindo grupos indígenas que foram forçados a sair de suas terras.

Desde 2014, tem havido um fluxo gradual de indígenas Warao para o Brasil, com um aumento considerável em 2016. Em 2018, o fluxo se expandiu para outros estados da região Norte e Nordeste e agora inclui a região Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

Propor soluções para o recebimento desses indígenas tem sido um enorme desafio para o Brasil, uma vez que se trata da chegada de uma etnia sem histórico de presença no território brasileiro, em situação de deslocamento forçado, com vulnerabilidades e aspectos culturais ainda pouco conhecidos no país.

A movimentação de grupos Warao dentro do território nacional tem se intensificado nos últimos dois anos, alcançando presença em grande parte dos estados do Norte e Nordeste, bem como no Sudeste e Sul. Os grupos têm utilizado diferentes rotas para chegar a essas regiões, o que apresenta desafios adicionais para os órgãos e redes que prestam assistência a essa população.

Trabalhar na garantia de direitos e no acolhimento culturalmente sensível dos indígenas Warao é um desafio para todos os agentes envolvidos, uma vez que existem especificidades culturais que afetam o processo de atendimento e acolhimento.

Estímulo ao respeito das diferenças

A comunidade Warao Coromoto, presente no núcleo rural Café Sem Troco, é formada por refugiados de uma comunidade indígena oriunda da Venezuela. As enormes dificuldades econômicas e instabilidades políticas daquele país precipitaram a saída desse povo de sua terra rumo a um lugar mais seguro e onde possam prosperar como comunidade.

As crianças dessa comunidade indígena vêm passando por inúmeras dificuldades e privações, alguns mesmos chegando a nunca frequentar uma escola. Temos adolescentes que não foram apropriadamente alfabetizados e agora irão enfrentar esse desafio em uma língua estrangeira.

É fundamental que qualquer professor que venha a trabalhar nessa turma seja fluente em língua espanhola, por que facilita enormemente a comunicação com os alunos, no entanto algumas crianças do grupo sequer falam espanhol, se comunicando apenas em Warao. Felizmente um núcleo de linguística da UNB estará fazendo visitas esporádicas a escola e auxiliando os alunos Warao na compreensão da língua portuguesa. Como formam o núcleo de português para estrangeiros, seu auxílio tem sido de enorme valia. Embora sejam apenas em visitas eventuais, as professoras e estagiários da UNB ajudam inclusive na transposição das lacunas culturais.

As crianças Warao tem características socioculturais sensivelmente diferentes das nossas, no entanto não há até o momento nenhum impeditivo que tenha impossibilitado seu aprendizado. Claro que há alguns desafios, na hora do lanche por exemplo, no início, eles não consumiam todos os tipos de alimento, fato que tem mudado, demonstrando grande adaptabilidade do grupo.

Nossa escola vem encontrando algumas dificuldades relacionadas aos espaços físicos; a Escola Classe Café sem Troco é muito demandada por nossa comunidade, o número elevado de alunos já vem fazendo as famílias de nosso núcleo rural muitas vezes não encontrar vagas aqui.

Sabendo da importância e até da necessidade humanitária de receber esses alunos refugiados nossa escola se prontificou a aceitar esse desafio, ocorre que algumas necessidades materiais ainda estão presentes. Como não tínhamos salas suficientes para receber os Warao, foi improvisada uma sala de aula no antigo palco da escola. Esse espaço foi fechado com paredes de cartonado de gesso (Dry Wall), embora não seja o local ideal a sala comporta bem a turma de 1º ano

multietária que foi alocada ali. Dado a essa significativa expansão do número de alunos, esse projeto vem requisitar a ampliação do espaço físico da escola, a construção de novas salas.

Precisamos também que a turma dos estudantes venezuelanos seja reconhecida no sistema como uma classe de 1º ano convencional, apenas tendo como característica o fato de ser multietária, já que possui crianças de seis até adolescentes de dezessete anos. Como já afirmado, é indispensável que o professor designado para a turma seja fluente em espanhol e possua personalidade inclinada ao desafio. Descrevo essa necessidade por que já tentaram modular a turma como sendo um projeto pedagógico, esse arranjo torna impossível a gestão, pois teremos todo tipo de problema, como com o transporte, *per capita* de gêneros alimentícios, progressão dos estudantes para outras séries e emissão de documentação escolar.

Os alunos por sua vez, dado a suas características culturais, não aceitam ser separados em turmas diferentes. Desejam estar sempre juntos pois essa é uma forma organizacional da própria comunidade Warao. Aparentemente cada membro lá tem um papel específico e este é estabelecido pelas lideranças do grupo étnico, caso se descumpra essa exigência de estarem sempre na mesma turma, ocorre o risco real de evasão dos estudantes.

Essas crianças encontram-se em situação de imensa vulnerabilidade, não têm acesso a saneamento básico, padecem de toda forma de privações materiais, não tem sequer alimento suficiente em suas casas e as dificuldades linguísticas e culturais são agravantes. Seus pais encontram muitas barreiras ao tentar uma colocação profissional.

Acolher e orientar essas crianças, auxiliá-las a travessia da adaptabilidade cultural sem que percam sua essência, prover direitos sociais e fornecer as condições para que estudem é não apenas uma obrigação legal, mas também um dever moral e humanitário. Esse projeto pretende contribuir com a melhoria das condições gerais de vida dessa comunidade, ofertando uma educação de qualidade, comprometida com a valorização da diversidade.

Objetivos:

- Promover a integração dos estudantes indígenas venezuelanos na escola brasileira.
- Facilitar o aprendizado da língua portuguesa para os estudantes venezuelanos.
- Incentivar o ensino do espanhol para os alunos brasileiros.
- Preservar a cultura indígena dos estudantes venezuelanos.

Estratégias:

- Oferecer aulas de português para os estudantes venezuelanos, utilizando recursos como jogos, filmes, músicas e situações cotidianas para tornar o aprendizado mais dinâmico, prático e atraente.
- Utilizar a presença dos estudantes venezuelanos na escola como uma oportunidade de aprendizado de espanhol para os alunos brasileiros, através de aulas de conversação e atividades culturais que incentivem a comunicação e o intercâmbio cultural. Educadores sociais voluntários membros da comunidade indígena nos auxiliarão nesse propósito.
- Estimular a troca de experiências entre os alunos venezuelanos e brasileiros, através da promoção de atividades que relacionem aspectos culturais, habilidades e interesses em comum.

- Valorizar a cultura indígena dos estudantes venezuelanos, promovendo atividades que possibilitem a troca de conhecimentos e a preservação das tradições e costumes de seus povos, proporcionando atividades de reconhecimento e valorização da diversidade cultural, como festas, festivais, apresentações culturais, dentre outras.

Resultados esperados:

- Integração dos estudantes venezuelanos na comunidade escolar e na sociedade brasileira.
- Aprendizado das línguas portuguesa e espanhola pelos alunos, além do estímulo ao respeito e valorização da diversidade cultural.
- Fortalecimento do sentimento de pertencimento e convivência pacífica entre todos os alunos, promovendo a inclusão social através da educação e do respeito às diferenças.

Conclusão

A Chegada dos Warao Coromoto mudou significativamente a rotina de nossa escola, apesar de alguns desafios essa novidade contribuiu com crescimento de toda a comunidade escolar. Esperamos poder criar uma escola onde todos os alunos possam ter contato com a língua espanhola, podendo enriquecer seu vocabulário e ampliar sua visão de mundo. O convívio cotidiano tem feito com que a troca cultural enriqueça ambas comunidades a brasileira e a venezuelana, esse projeto pretende ordenar as atividades, coordenar as práticas pedagógicas e registrar os principais avanços que forem alcançados através de avaliações periódicas.

PROJETO INCLUDE

O *Include by Campus Party* é um programa social que conta com parcerias para implantar ou viabilizar Laboratório de Tecnologia em comunidades de todo Brasil.

O Instituto *Campus Party* é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2009, com o objetivo de incentivar e promover atividades e projetos nas áreas cultural, educacional e de inclusão digital de forma gratuita, tendo o Include como programa social protagonista na criação de Laboratórios de Tecnologia em comunidades de todo Brasil.

• OBJETIVOS

Seus objetivos institucionais incluem:

- Oferecer qualificação aos jovens de 10 a 18 anos para o mercado de trabalho;

PROJETO EDUCAÇÃO COM MOVIMENTO (PECM – EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL)

O Projeto Piloto Educação com Movimento - Educação Física nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, proposto pela Coordenação de Ensino Fundamental - COENF e pela Coordenação de Educação Física e Desporto Escolar – CEFDESC da Subsecretaria de Educação Básica – SUBEB, visa à melhoria da qualidade no atendimento das necessidades educacionais dos estudantes da rede pública de ensino, por meio da reestruturação didático-pedagógica inserindo o Professor de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, preferencialmente, em escolas que possuam um significativo número de estudantes em defasagem idade/série, organizados em turmas de correção da distorção idade/série escolar.

Em 2011, em plenárias regionais, realizadas para discussão do currículo de Educação Física, os Professores participantes ressaltaram a importância de um trabalho integrado entre o Professor de Educação Física e o Professor regente¹, contemplando aspectos didáticos gerais e específicos do planejamento à avaliação, considerando as questões cotidianas de sala de aula e possibilitando o desenvolvimento da cultura corporal – jogos e brincadeiras, esporte, lutas, ginásticas, danças e expressão corporal, bem como a organização e participação em atividades de caráter cultural da Escola, tais como: festas, comemorações, passeios, dentre outros, de suma importância para o desenvolvimento integral do estudante. Alguns desses passeios podem incluir o uso do PDAF para custear o ônibus escolar, levando em conta que não há transporte para esses passeios.

O Projeto Político Pedagógico Carlos Mota, prevê a inclusão da Educação Física quando cita: “Partindo desses pressupostos, em busca da melhoria da qualidade da Educação, a SEDF pretende, a partir de projetos pilotos, incluir a docência de Educação Física na Equipe Pedagógica dos Anos Iniciais”. O Projeto Educação com Movimento será base para a universalização da Educação Física no Ensino Fundamental da SEDF, mas, nesse primeiro momento, atenderá, preferencialmente, escolas com turmas de correção de fluxo, já que, entende-se, é locus privilegiado para avaliar a importância das ações propostas.

Nesse sentido, a instituição educacional e, particularmente, os Professores, devem proporcionar uma metodologia pedagógica diferenciada na qual estarão envolvidos todos os agentes – o Professor regente da turma, o Professor de Educação Física, o coordenador local, os gestores, orientadores educacionais e demais integrantes do corpo docente – contemplando o resgate da autoestima, do protagonismo infanto-juvenil, a valorização do estudante, além dos princípios pedagógicos: contextualização e interdisciplinaridade, valorizando os diversos saberes.

Comprometida em oferecer às estudantes condições necessárias para que retomem seu curso escolar com êxito, bem como, em promover o acesso aos elementos da cultura corporal do

movimento como área de conhecimento, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal implantará este Projeto Piloto em instituições educacionais que possuam ensino fundamental/anos iniciais, sendo, pelo menos uma em cada Coordenação Regional de Ensino.

O processo de ensino e aprendizagem de Educação Física tem seus fundamentos nas concepções de corpo e movimento. Conforme Piaget (citado por FONSECA, 1987), “a inteligência tem origem na ação e ação é movimento (ou ausência consciente de movimento). A ação é inteligência em movimento.” Portanto, o ensino da Educação Física não se restringe ao simples exercício de certas habilidades e destrezas. Não visa à repetição de gestos estereotipados com vistas a mecanizá-los, e reproduzi-los. É preciso possibilitar ao sujeito refletir sobre suas possibilidades corporais para que possa de maneira autônoma, exercê-las. Baseado nessa premissa, a Educação Física deve estar integrada de forma significativa ao cotidiano escolar, uma vez que a ludicidade, e todos os elementos da cultura corporal do movimento, são esferas da vida social e fundamentais ao desenvolvimento da criança. Este desenvolvimento implica planejar, experimentar, avaliar, escolher, interagir, enfim, aprender a movimentar-se, levando em conta a diversidade humana e o contexto histórico-social.

• **Objetivo Geral do Projeto Educação com Movimento (PECM)**

Implementar de forma gradativa o Projeto Piloto Educação com Movimento nas turmas de séries iniciais do Ensino Fundamental, iniciando por uma escola-polo de cada Coordenação Regional de Ensino, nos turnos matutino e vespertino, que tenha, preferencialmente, classes de correção da distorção idade/série, afim de que, de forma interdisciplinar, promova a formação integral do estudante ampliando o seu repertório de experiências corporais mediante a intervenção pedagógica de um Professor especializado nesta área, o Professor de Educação Física.

• **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Aperfeiçoar o processo de ensino-aprendizagem dos conteúdos da cultura corporal presentes na Educação Física, tais como: o jogo, a brincadeira, o esporte, a luta, a ginástica e a dança mediante a intervenção pedagógica de um Professor especialista nesta área do conhecimento que integrado e inter-relacionado ao trabalho do Professor regente, contemple um melhor atendimento das necessidades pedagógicas do estudante dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
- Fortalecer o vínculo do estudante com a Escola visando à melhoria da aprendizagem daqueles que estão em defasagem idade/série por meio de um atendimento pedagógico diferenciado utilizando instrumentos específicos da Educação Física, tais como: eventos esportivos, festivais de dança, de lutas e ginástica que resultem em uma aprendizagem adequada ao prosseguimento dos estudos ou ao avanço

para a série/ano indicada (o) pela Equipe de Professores e da direção da instituição educacional no Conselho de Classe da turma do estudante.

Prioritariamente serão atendidas as turmas de correção da distorção idade/série e, posteriormente, em sequência, as turmas de 4ª série/5º ano, 3ª série/4º ano conforme portaria reguladora.

PROJETO PLENARINHA

A Plenarinha é um processo pedagógico realizado desde 2013 em todas as Unidades Escolares Públicas e Instituições Educacionais Parceiras que ofertam Educação Infantil e 1º ano do Ensino Fundamental, no qual as crianças participam ativamente das reflexões em torno de seus direitos e necessidades. Este projeto materializa-se por meio da escuta sensível e atenta às crianças, de forma a considerar sua percepção sobre as situações que vivenciam na Escola e na sociedade. Ela constitui-se como um processo pedagógico cujo objetivo é oportunizar às crianças da Educação Infantil a promoção do exercício de cidadão ativo, participativo e conhecedor dos seus direitos e deveres, vivenciando a interlocução com o Currículo da Educação Infantil em suas diferentes expressões e linguagens. Assim, a Plenarinha materializa-se por meio do exercício da escuta sensível e atenta das percepções das crianças sobre as situações que vivenciam na Escola, na comunidade e na cidade, traduzindo-se em contribuições relevantes para melhoria da Primeira Infância no Distrito Federal.

A avaliação do projeto acontece anualmente, entre os meses de novembro e dezembro, e tem como participantes os profissionais das unidades escolares, públicas e parceiras, e Coordenações Regionais de Ensino, vinculados diretamente à Educação Infantil e ao 1º ano do Bloco Inicial de Alfabetização. Seu objetivo é suscitar reflexões acerca do desenvolvimento do projeto a partir das ideias das crianças, Professores e coordenadores acerca das vivências durante o processo e, ainda, definir o tema da Plenarinha para o ano seguinte.

A última pesquisa de opinião, encerrada no último dia 10 de dezembro de 2020, contou com a participação de 1842 (um mil oitocentos e quarenta e dois) profissionais das Unidades Escolares, públicas e parceiras (Professor, Coordenador, Equipe Gestora, Pedagogo(a), Orientador(a) Educacional e Pedagogo(a) do Serviço Especializado de Apoio à Aprendizagem), sendo que mais de 50% foram Professores. Também participaram da pesquisa, com formulário específico, as Equipes da UNIEB, por meio de suas Comissões Gestoras das Instituições Educacionais Parceiras,

e dos Coordenadores Intermediários e Coordenadores Intermediários de Apoio. O total foi de 171 respondentes, onde parâmetro como participação dos estudantes, encontros formativos ofertados, disponibilidade de materiais de apoio e temas propostos foram muito bem avaliados, ratificando assim a excelência da proposta.

Atualmente a Plenarilha se faz presente em nossa Unidade Escolar com três temas: “Musicalidade das Infâncias: de lá, de cá, de todo lugar”, “Brincar como direito das crianças e dos bebês” e “Alimentação na Educação Infantil: mais que cuidar, educar, brincar e interagir, todos inseridos no cronograma oficial do evento contemplando, além das plenarilhas locais, webinars formativos e também datas e semanas temáticas.

PROJETO INTERVENTIVO

Tendo em vista que o papel da Escola é promover a aprendizagem e formação de seus estudantes, é necessário um atendimento direcionado e específico dirigido aos estudantes que apresentam dificuldade em seu processo de alfabetização e/ou distorção idade/série.

O Teste da Psicogênese, avaliação diagnóstica, avaliações internas e externas devem ser mecanismos utilizados para identificar os estudantes que apresentam dificuldade de aprendizagem. É fato, que as crianças não aprendem de forma homogênea. Suas habilidades são diferentes, contudo, a Escola precisa de ações pedagógicas interventivas que auxiliem as crianças com maiores dificuldades, por meio de estratégias pedagógicas que possibilitem aos estudantes maiores oportunidades de aprendizagem.

Assim sendo, entende-se que toda a Escola, Professores, Equipe Pedagógica e direção são responsáveis pela aprendizagem do estudante, pois ele é da Escola e não apenas do Professor.

O PROJETO INTERVENTIVO NA SEEDF

O **Projeto Interventivo** (PI) é um projeto específico que parte de um diagnóstico e consiste no atendimento imediato aos estudantes que, após experimentarem todas as estratégias pedagógicas desenvolvidas nas aulas, ainda evidenciem dificuldades de aprendizagem.

O PI apresenta uma dimensão política que recai sobre o cumprimento do direito de cada estudante à aprendizagem e outra pedagógica, voltada para a seleção dos recursos mais

apropriados à promoção de suas aprendizagens (VILLAS BOAS, 2012).

Apresenta também características próprias, devendo fazer parte do Projeto Político - Pedagógico: a) é contínuo por ser desenvolvido ao longo de todo o ano letivo, porém temporário no atendimento aos estudantes (VILLAS BOAS, 2010, p. 35); b) é diversificado e atualizável, evitando a padronização e repetição de atividades; c) deve considerar o processo de desenvolvimento dos estudantes; d) deve envolver toda a Equipe Pedagógica da Escola na realização do projeto. Essa Equipe desenvolve atividades com estudantes das turmas, de acordo com as dificuldades surgidas, o momento em que são realizadas e os recursos humanos e materiais disponíveis.

O objetivo do Projeto Interventivo é “promover o repensar de concepções e práticas pedagógicas, oportunizando um ambiente dinâmico que atenda aos estudantes da Etapa III com defasagem idade/série, proporcionando-lhes uma efetiva alfabetização numa perspectiva inclusiva” (SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, 2006, p. 24).

Assim foi concebido esse projeto, como mecanismo de correção de fluxo. Em 2008, já estando o BIA em funcionamento em todas as cidades do DF, e considerando-se as contribuições que o Projeto Interventivo vem oferecendo, ampliou-se a sua oferta a todas as crianças que apresentem necessidades.

A elaboração, realização e avaliação do PI é de responsabilidade primeira do Professor Regente; contudo, a Equipe Diretiva e a de coordenação pedagógica, os orientadores educacionais, os pedagogos e os psicólogos são sujeitos partícipes e corresponsáveis nesse processo. Esse envolvimento favorece o uso de diversos tipos de atividades em tempos e espaços escolares flexibilizados.

Cabe ressaltar a importância dos registros de todas as ações pertencentes à elaboração, realização e avaliação do PI. Assim como no Reagrupamento, algumas formas de registro do PI são estabelecidas pela SEEDF no Diário de Classe; outras poderão ser constituídas e adotadas em cada unidade escolar e pelo Professor, (portfólio, fichas de acompanhamento e outros). É necessário incluir também os registros das atividades desenvolvidas pelos estudantes.

Como o Projeto Interventivo é de desenvolvimento contínuo, mas não atende ao mesmo grupo de estudantes durante todo o ano, periodicamente é analisado pelo conjunto de profissionais envolvidos a partir das informações coletadas durante sua execução. No caso da Escola organizada em ciclos, esse pressuposto se acentua, uma vez que a progressão continuada para as aprendizagens dos estudantes, princípio básico dessa sistemática de organização, constitui “[...] um recurso pedagógico que, associado à avaliação formativa, possibilita o avanço contínuo dos

estudantes de modo que não fiquem presos a grupo ou turma, durante o mesmo ano letivo” (VILLAS BOAS, PEREIRA, OLIVEIRA, 2012).

Portanto, organizar o trabalho pedagógico incluindo estratégias bem planejadas para o bom uso dos espaços e tempos escolares, como é o caso do Reagrupamento e do Projeto Interventivo, caracteriza-se como uma dimensão muito importante na organização escolar em ciclos.

Villas Boas (2006) apresenta o PI como um dos princípios metodológicos do BIA e como mecanismo de correção de fluxo para estudantes do 3º ano. A partir de análise de documentos referentes à implantação do BIA, a autora salienta que somente em 2008, o projeto foi estendido aos anos anteriores, ainda pelo mesmo motivo de correção de fluxo.

No entanto, a Resolução nº 2/2006 do C.N.E. - DF, Art. 10, afirma que os estudantes com sete anos ou mais, sem histórico escolar, devem ser matriculados no 1º ano. Por isso, o PI do BIA pode abranger todos os estudantes que estão em defasagem de série em relação à idade matriculados no Bloco, considerando - se as especificidades e objetivos educacionais de cada ano (VILLAS BOAS, 2010, p. 42).

A partir das considerações sobre a avaliação formativa, atualmente, o projeto foi realmente estendido a todos os estudantes que precisam de intervenção, independentemente de estarem em defasagem idade série. Porém, a concepção da avaliação formativa ainda não estava presente nos discursos oficiais do ensino (VILLAS BOAS, 2010), o que a autora verifica ao analisar uma circular que estendia o projeto aos 4º e 5º anos.

A Circular nº 27, de 17 de abril de 2009, da Diretoria de Execução de Políticas e Planos Educacionais, estende o Projeto Interventivo para a 3ª e a 4ª séries/4º e 5º anos e esclarece: [...] o referido projeto não se constitui como programa de **correção de fluxo escolar**, mas sim como estratégia pedagógica que visa possibilitar aos estudantes em **defasagem idade-série** (3ª e 4ª série/4º e 5º ano) maiores oportunidades de aprendizagem (VILLAS BOAS, 2010, p.42).

O Projeto Interventivo pode constituir o primeiro passo para a eliminação do regime seriado e para a criação da Escola não-seriada. Para isso a avaliação formativa é uma de suas grandes aliadas. Os estudantes que a ele são encaminhados necessitam aprender o que AINDA não aprenderam e continuar sua trajetória escolar com tranquilidade.

ETAPAS DO PROJETO INTERVENTIVO NA ESCOLA

O Projeto Interventivo compõe-se de quatro momentos: identificação ou problematização;

elaboração do projeto; desenvolvimento; sistematização da avaliação das atividades do projeto nos períodos definidos pela Escola.

Esses quatro momentos mantêm relações de interdependência, isto é, não acontecem isoladamente. A avaliação está presente em todos eles e, articulada aos objetivos do projeto, é o seu fio condutor. Por meio dela se obtêm informações importantes sobre as aprendizagens de cada estudante e sobre a relevância do projeto.

No primeiro momento identificam-se os estudantes que necessitam de intervenção complementar para que as aprendizagens ocorram. As seguintes perguntas orientam a formulação do problema: quais estudantes necessitam de ajuda? Quem é cada um deles? Qual a necessidade de cada um? Mas não basta identificar os estudantes e suas necessidades. Nesse momento de problematização, o Professor faz uma análise das necessidades, detecta os conhecimentos que os estudantes já têm e os que ainda não têm sobre as atividades realizadas até então, levanta as expectativas e define, com o grupo de colegas, os objetivos do projeto (VEIGA, 2006, p. 79).

O segundo momento é o da elaboração do projeto. Esse registro escrito é fundamental para que exista um histórico das intervenções realizadas. Como o primeiro momento é o da problematização, este é o primeiro item do projeto escrito, do qual constam: 1) os nomes dos estudantes a serem atendidos e as necessidades correspondentes a cada um deles; 2) os objetivos de aprendizagem a serem alcançados; 3) os conteúdos a serem trabalhados; 4) as atividades a serem desenvolvidas com grupos de estudantes ou com estudantes individualmente; 5) os recursos didáticos e tecnológicos a serem utilizados; 6) o processo de avaliação, que inclui a avaliação das aprendizagens e a avaliação do projeto; 7) o cronograma das atividades; 8) o local de realização das atividades; 9) o Professor ou Professores responsáveis.

O terceiro momento é o do desenvolvimento do projeto. Enquanto as ações são realizadas, registram-se todas as informações referentes ao alcance dos objetivos, às reações dos estudantes, à pertinência das atividades pedagógicas e dos recursos utilizados, ao tempo destinado às atividades e ao ritmo de aprendizagem dos estudantes, essa é a avaliação em processo.

É importante que haja uma ficha de acompanhamento das aprendizagens de cada estudante, para ser usada pelo Professor do projeto, pelo Professor da turma a que ele pertence, pelos pais e pelos próprios estudantes.

O quarto momento é o da sistematização da avaliação das atividades do projeto nos períodos definidos pela Escola. Como ele é de desenvolvimento contínuo, mas não atende o mesmo grupo de estudantes durante todo o ano, periodicamente passa por uma análise pelo conjunto de Professores e demais educadores envolvidos, a partir das informações coletadas durante a sua execução. Ao

final do ano letivo, é feita a apreciação de todo o trabalho, de modo que se obtenham informações para subsidiar a sua continuidade no ano seguinte.

ORGANIZAÇÃO DO PROJETO INTERVENTIVO NA ESCOLA CLASSE CAFÉ SEMTROC

SEGMENTO	ETAPAS DO PROJETO	SUPOORTE TÉCNICO - PEDAGÓGICO
CLASSE ESPECIAL EDUCAÇÃO INFANTIL	<p>1º - Avaliação Diagnóstica</p> <p>2º - Elaboração das intervenções 3º - Desenvolvimento das intervenções</p> <p>4º - Avaliação formativa/iterativa das intervenções</p>	<p>Professores Regentes do Bloco Equipe Gestora e Supervisão Coordenadores Pedagógicos Locais PECM (Educação Física)</p>
BIA	<p>1º - Avaliação Diagnóstica (Psicogênese)</p> <p>2º - Elaboração das intervenções 3º - Desenvolvimento das intervenções</p> <p>4º - Aplica Café, com vistas às avaliações internas e externas</p>	<p>Professores Regentes do Bloco Equipe Gestora e Supervisão Coordenadores Pedagógicos Locais Escola Integral</p> <p>PECM (Educação Física)</p>
4º E 5º ANOS	<p>1º - Avaliação Diagnóstica</p> <p>2º - Elaboração das intervenções 3º - Desenvolvimento das intervenções</p>	<p>Professores Regentes do Bloco Equipe Gestora e Supervisão Coordenadores Pedagógicos Locais</p>

	4º - Aplica Café, com vistas às avaliações internas e externas	Escola Integral PECM (Educação Física)
--	---	---

PERÍODO DO PROJETO – Durante todo o ano letivo.

AVALIAÇÃO DO PROJETO – Através da perspectiva formativa, onde a avaliação se concentra na análise prática dos requisitos cognitivos, sociais e afetivos necessários para a progressão satisfatória dos estudos, pressupondo a individualização do ensino e dos procedimentos pedagógicos em função das características dos estudantes e dos seus percursos de aprendizagem.

Projeto Reserva Cafelândia: “Preservação das Nascentes e Reservas Ambientais da nossa escola”

Introdução:

No terreno de nossa escola possuímos uma reserva ambiental composta por uma parte de cerrado e outra por uma mata ciliar que envolve uma pequena nascente do rio São Bartolomeu e depois segue margeando o estreito riacho que se forma. Essa reserva está permanentemente em risco dado a ocupação irregular de algumas propriedades próximas que infelizmente avançam sobre a reserva com máquinas para desmatar áreas que depois são destinadas ao plantio.

O projeto visa conscientizar os alunos sobre a importância da preservação das nascentes próximas e também da reserva ambiental de dois hectares que faz parte do terreno da escola. Essa preservação é responsabilidade de todos e é fundamental para a manutenção dos recursos hídricos e da biodiversidade pois esses locais são essenciais para a vida e a sobrevivência de diversas espécies, além de garantir o abastecimento de água potável para a população.

Justificativa:

A degradação ambiental, provocada pela ação humana, causa consequências negativas para o meio ambiente, como a redução da biodiversidade, aumento da poluição e do desmatamento. A preservação desses ecossistemas é fundamental para minimizar os problemas ambientais e garantir condições de vida adequadas para as gerações presentes e futuras.

Objetivos:

- Conscientizar os alunos sobre a importância da preservação das nascentes e reservas ambientais;
- Identificar a importância da preservação das nascentes e reservas ambientais para a conservação do meio ambiente;
- Fomentar a educação ambiental por meio da promoção de práticas sustentáveis;
- Estimular a participação dos alunos em atividades que visam à preservação desses locais.

Metodologia:

O projeto será desenvolvido através de aulas teóricas e práticas, incluindo visitas a reserva ambiental da escola. Serão realizadas atividades como plantio de mudas nativas, limpeza de áreas degradadas, elaboração de campanhas de conscientização e monitoramento da qualidade da água junto com as crianças.

Recursos:

- Sala de aula;
- Computadores e internet;
- Materiais para aulas práticas;
- Acompanhamento a visitas na reserva ambiental (a pé, pois é dentro do terreno da escola).

Avaliação:

A avaliação será realizada por meio de acompanhamento das atividades realizadas durante o desenvolvimento do projeto, por meio da participação dos alunos e de relatórios elaborados pelos professores. Com isso, será possível avaliar se os objetivos propostos foram alcançados.

Conclusão:

A preservação das nascentes e reservas ambientais é fundamental para o futuro da humanidade. É necessário levar em conta que a degradação do meio ambiente acarreta consequências graves e irreversíveis para a vida humana e para outras espécies. Dessa forma, é importante que todos tenham a consciência da importância desse tema e atuem de forma responsável e sustentável para garantir um futuro melhor para todos.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO

Pretendemos seguir um esquema de acompanhamento e avaliação do PPP que será construído

coletivamente com a participação de vários atores da comunidade escolar. Afinal é a comunidade que em última análise é endereçada o trabalho da escola. Formar com qualidade e carinho os filhos vindos da comunidade Café sem Troco é para nós motivo de imenso orgulho.

Para o acompanhamento da eficiência de nosso PPP devemos:

Definir indicadores de acompanhamento: Estabelecer indicadores relacionados aos objetivos e metas do PPP, como taxa de frequência das crianças, desenvolvimento socioemocional, participação dos pais, entre outros.

Coletar dados: Realizar observações em sala de aula para avaliar o alinhamento das práticas pedagógicas com o PPP. Registrar informações sobre a participação dos pais em reuniões e atividades escolares. Promover regularmente avaliações formativas para acompanhar o desenvolvimento das crianças.

Analisar posteriormente os dados recolhidos para identificar pontos fortes e áreas que requerem atenção em relação ao PPP, identificar aspectos do Projeto Político Pedagógico que estão sendo bem implementados e áreas que precisam de ajustes.

O acompanhamento e a revisão do PPP deverão ser constantes, deve-se compartilhar os resultados da análise com a equipe escolar, incluindo equipe diretiva, coordenadores, professores e funcionários. Sempre que possível realizar reuniões para discutir os resultados e identificar ações corretivas capazes de melhorar nosso PPP.

Desenvolver um plano de ação com base nas análises e discussões, estabelecendo metas claras e prazos para as ações a serem implementadas, delegar responsabilidades para cada ação e acompanhar seu progresso mantendo sempre um monitoramento contínuo.

Finalmente, fazer avaliações periódicas para verificar o progresso em relação aos indicadores estabelecidos e seu grau de sucesso, revisando e atualizando o PPP com base nos resultados dessas avaliações. Incentivar a participação ativa dos pais, professores, funcionários e crianças nesse processo de acompanhamento e avaliação contínuo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais, volume 1, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação. PNE 2014-2024.

Lei nº 13.005/2014.: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.408 p. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/documents>

CADERNOS RCC#15 - Volume 5 - Número 4 - Novembro 2018. Disponível em <http://www.periodicos.se.df.gov.br/>

MACHADO, Marieta Lúcia Nicolau. A educação Pré-escolar, 3a ed. São Paulo: Ática, 1987.

SEE/DF. Currículo em Movimento da Educação Básica: Pressupostos Teóricos. Brasília, 2013

SEE/DF. Currículo em Movimento da Educação Básica – Educação Infantil – 2014. Disponível em <http://www.se.df.gov.br/>

SEE/DF. Currículo em Movimento da Educação Básica – Anos Iniciais do Ensino Fundamental – 2014. Disponível em <http://www.se.df.gov.br/wp-conteudo/>

WIKIPEDIA. A enciclopédia Livre. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki>

ANEXOS

Memórias de nossa escola e repercussão na mídia:

Um pouco mais sobre nós, reportagens já contaram parte de nossa História!

- Um “cafezin”, por favor?

- Tem troco?



Figura 2 Acervo da Escola



figura 3 Acervo da escola

10 de janeiro de 2010, a repórter do jornal Correio Braziliense, Naira Trindade, fez uma matéria sobre a região do Café sem Troco e suas histórias. Segue abaixo a descrição da matéria.

“Em longas horas de viagem, nas extensas distâncias percorridas pelas estradas deste país, caminhoneiros sempre encontram pelo caminho um lugar aconchegante para tomar aquele café quentinho coado na hora. Em 1975, a opção para quem passava pelo trecho ainda de terra da BR-251, na altura do entroncamento com a DF-130, região de São Sebastião, era um modesto bar de madeirite construído à beira da pista chamado, à época, Panela Velha. Lá, o saboroso café ajudava a manter o motorista acordado ou aquecido, durante o período mais frio do ano, e o caldo de cana moída num engenho antigo os refrescava em momentos de forte calor da capital federal.

João Carlos Paludo faz questão de tranquilizar os clientes, que chegam desconfiados ao estabelecimento: agora, o bar Café 100 troco tem, sim, moedinhas. O preço barato dos produtos também agradava aos fregueses. O problema só aparecia se o valor da cédula fosse maior que a quantia consumida. Nesse caso, o motorista podia esquecer a diferença no preço. Naquele ponto, o café era sem troco. E não pense que o então proprietário do barraco, Alarico Joaquim Pires, era desonesto. Pelo contrário, na falta de dinheiro miúdo para devolver o troco, Alarico deixava condutores lancharem de graça no modesto quiosque. ‘Aqui não tinha nada e era distante de tudo. Quando via uma nota graúda, sabia que não teria como devolver o restante do dinheiro’, recorda um morador de Cariru, região vizinha ao bar, o fazendeiro Joaquim José da Silva, 68 anos.

Para não se apossar do suado salário do caminhoneiro, Alarico propunha um acordo. O

homem lanchava e deixava, por exemplo, uma nota de R\$ 10; na época, seria uma cédula de cruzeiro. Seguiu viagem até o ponto onde descarregaria o material transportado. E, depois, quando voltasse a cortar a rodovia já com o serviço realizado, tinha crédito no boteco ou poderia retirar as moedas já trocadas para continuar a viagem.

Como pessoas de todo o país passavam e ainda passam pelo ponto, a fama da falta de moedas no boteco cresceu rápido.

Apelido

De uma hora para outra, o Panela Velha ganhara o apelido de Café 100 troco, que mais tarde viraria nome de batismo de toda a região que atualmente abriga 12 mil habitantes. Um dos mais antigos fazendeiros do lugar, o mineiro Domingos Fernandes da Silva, 85 anos, ajudou, ao lado da esposa Conceição Araújo Fernandes, 66, a intitular o local. ‘Eles moram aqui desde o início do bar e faziam brincadeira com a ausência de moedas’, entrega Joaquim José, triste com a notícia de que o amigo de anos Domingos Fernandes está com problemas de saúde e não pôde dar entrevista.

O barraco de madeirite sobreviveu no ponto irregular por pelo menos 20 anos. Depois de removido pelo governo, em meados da década de 1990, o servidor público Wilson Florentino Borges, 72 anos, comprou o lote próximo ao famoso quiosque e resolveu construir um restaurante mais estruturado e espaçoso. O nome do famoso bar foi comprado após a morte do dono. Wilson, então, assumiu a responsabilidade de levar adiante o comércio que dera nome à região (chamada de Café sem troco). Trabalhou duro nele, mesmo após aposentado.

Mas, cansado da rotina de comerciante, arrendou, há quatro anos, a lanchonete a João Carlos Paludo, 48 anos, que faz questão de tranquilizar os motoristas. Diferentemente do passado, hoje o proprietário consegue devolver o troco aos clientes. ‘As pessoas acham graça no nome. Uns chegam a ficar parados com a nota de R\$ 20 na mão imaginando se pagam ou se deixam de comprar, com medo de não terem o dinheiro de volta’, conta. Aconchego a 56 km da capital. Piadista, Joaquim José aponta para a charrete e brinca. O cheiro de poeira, o ar de interior e as prosas pausadas dos fazendeiros caracterizam o lugar. A 56 km de distância do centro do poder do país, Café sem troco abriga diversas famílias em aconchegantes casas de alvenaria. Além de restaurantes e postos para atender aos motoristas, mercados, lojas de materiais de construção e salões de beleza já mostram a evolução da economia local. O fazendeiro Joaquim José da Silva criou três filhos na região. ‘Eles estudaram na escola até a 4ª série e depois foram para o PADF (Programa de Assentamento Dirigido do Distrito Federal), onde puderam continuar os estudos’, lembra a mulher, Leonilda Gomes da Silva, 55 anos.

O divertido baiano que alegra a todos que passam com piadas contadas pausadamente

atualmente só produz o necessário para a sobrevivência. 'Já plantei, já toquei gado e cavalo. Mas hoje eu vivo tranquilo e não tenho necessidade de fazer mais isso. Ainda tenho do arroz que plantei em 2008 e só devo plantar outro quando o meu acabar', conta. 'Tá vendo aquilo ali? É meu escritório', brinca o fazendeiro, já aposentado, apontando para a charrete e o cavalo.

O carreteiro Nilson Bertuol, 60 anos, não hesitou ao encontrar uma sombra no terreno da comunidade Café sem troco. Morador de Medianeira, no Paraná, o motorista contava com a ajuda da mulher, a professora Marineuza Menegol, 53 anos, para preparar o almoço na própria carreta. No cardápio, arroz, frango e salada, com ingredientes frescos comprados no vilarejo. Eles estão fora de casa há 20 dias. Passaram Natal e *réveillon* nas estradas da Bahia e agora levam fibras de algodão para Uberlândia (MG). 'Paramos aqui por causa da sombra, mas já estamos gostando do clima agradável da região', conta. "

Em 26 de fevereiro de 2019, a jornalista Laura Tizzo, fez uma matéria sobre a região do Café sem Troco, como parte de uma série de reportagens sobre a História de Brasília, na série: Por que isso é assim: de onde vem o nome da comunidade Café sem Troco, no DF?

A descrição da reportagem segue abaixo. A matéria foi ao ar no DFTV.

"A cerca de 50 quilômetros do centro de Brasília e dentro da região administrativa do Paranoá, uma comunidade de 20 mil habitantes recebeu o nome de "Café Sem Troco". De acordo com a administração, os primeiros moradores do núcleo rural se instalaram lá em 1976.

Poucos anos depois, uma vendinha daria nome ao lugar. O antigo proprietário, Ananias Neres Trindade, mais conhecido como "Barbudo", não se recorda com exatidão o ano em que abriu o comércio com o irmão, mas acredita que tenha sido em 1979.

A vendinha de madeira ficava no entroncamento da DF 130 com a BR 251, duas rodovias de grande fluxo. Cerca de três mil veículos passam naquele trecho diariamente, de acordo com o Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Por causa dessa movimentação, "Barbudo" decidiu que seria lá o comércio, voltado principalmente para os caminhoneiros.

'Lá era o ponto que tinha mais movimento. Passava todo mundo naquela redondeza ali, era um retorno que ia pra toda banda. Ali, põe um boteco aqui, que que vai dar, né?', conta.

A época, no entanto, não favorecia os trocos. A moeda era o "cruzeiro", que havia se desvalorizado frente ao cruzeiro novo e surgiram cédulas de valor alto. Além disso, os caminhoneiros costumavam carregar muito dinheiro ao viajar, o que dificultava ainda mais. No entanto, "Barbudo"

não negava o produto ao viajante.

‘Se não tinha troco, ele [o caminhoneiro] bebia o café e ia embora, e eu ficava no prejuízo. Café, depois que está feito, não vai servir para mais nada.’

O morador Francisco das Chagas Silva Lemos testemunhou a vendinha ainda aberta. ‘Lá só vendia cafezin, pinga e baralho todo dia. Mais nada. Era o que tinha lá. Eu passava do trabalho, tomava uma pinga e vinha embora, que já era de noite’, resume.

Com o crescimento da região e o aumento da concorrência, Barbudo abandonou o negócio. Ele continua morando no Café Sem Troco e se nega a revelar a receita do café que deu origem ao nome do lugar.

‘Tradição de pai e mãe’, diz. Mas conta que se sente orgulhoso do legado que deixou. ‘A gente faz uma coisa que dá sucesso, a gente fica orgulhoso, né? Nem que não seja para mim, mas seja para os outros’.

A estrutura de madeira que antes era a vendinha continua no mesmo ponto, mas usada como local de descarte de lixo. Ao redor do que foi o comércio do Barbudo, agora há um supermercado, uma lanchonete e uma borracharia. Os caminhoneiros continuam parando ali para descanso.

Pertencimento

Na visão do linguista Carlos André Nunes, o nome "Café Sem Troco" foge do comum. A tendência, segundo ele, é que o nome de um lugar traga um aspecto geográfico ou etimológico. ‘A impressão que me dá, como linguista, é que Café Sem Troco tem muito mais a percepção popular, do nativo, daquele que vive na cidade e que conseqüentemente transforma a cidade em um ambiente próprio, em um ambiente seu’, avalia.

Para comparar, Nunes cita o exemplo de Petrópolis, município do Rio de Janeiro. O nome vem de uma homenagem ao imperador Dom Pedro I. "Petrus" vem do latim e significa "Pedro", e "Polis" vem do grego e se traduz "cidade".

‘Toda essa lógica de homenagem é uma lógica muito mais formal e que naturalmente afasta a origem dessa cidade daquele seu povo. Com certeza, Café Sem Troco [nome] tem em si muito mais do Café Sem Troco [comunidade] do que Petrópolis tem em relação a Pedro’, explica Nunes.

Café Sem Trocoense

Questionado sobre como seria o gentílico de um nativo do Café Sem Troco, o linguista faz neologismos, com bom humor. ‘Podemos pensar em Café Sem Trocoense, por exemplo, ou Café

Sem Trocoano. São duas possibilidades. São sufixos que indicam o chamado adjetivo gentílico, que é aquele que traduz o povo ou o sentimento de povo que existe em determinado local', brinca. ”

Aos 9 dias do mês de março de 2023, fomos notícia novamente! Desta vez, o assunto foi o acolhimento do Povo Warao. A matéria está alocada no site da Secretaria de Educação e segue descrita neste P.P.P, pois além do acolhimento deste povo indígena, há referências que consideramos importantes sobre termos um polo de tecnologia na Unidade Escolar. A matéria é de Ícaro Henrique, assessor de imprensa da SEEDF.

Escolas do Paranoá e de São Sebastião acolhem refugiados indígenas venezuelanos. Ao todo, 67 crianças são alfabetizadas na Escola Classe Café sem Troco e na Escola Classe Morro da Cruz.



*Os alunos acolhidos têm entre 4 e 17 anos e estavam sem acesso à alfabetização |
Foto: Mary Leal, Ascom/SEEDF. Na foto, a professora e a Educadora Social.*

“De portas abertas para a inclusão. O ano letivo na Escola Classe Café sem Troco, localizada na zona rural do Paranoá, começou de forma especial. A escola se solidarizou e acolhe, desde o primeiro dia de aula, 33 crianças e adolescentes indígenas refugiados da Venezuela. Os alunos fazem parte da Comunidade Indígena Warao Coromoto, que atualmente encontra-se a 4km da escola. Eles têm entre 4 e 17 anos e estavam sem acesso à alfabetização. O desafio da escola agora é incluí-los na sociedade por meio da aprendizagem e convívio escolar.

‘Gosto da escola, da professora e estou feliz porque aprendi a ler e escrever, conta Bilmaris Del Vale Zapata Riveiro, de 15 anos, aluna do primeiro ano da alfabetização. A estudante ainda não tem o domínio da língua portuguesa, mas consegue entender e se expressar muito bem quando o assunto é sonho. ‘Quero ser médica’, diz.

A solidariedade dos servidores da escola em receber os alunos só foi possível graças a uma forte rede de apoio, que inclui a Regional de Ensino do Paranoá, o Departamento de Linguística,

Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB) e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), além da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF).

‘Toda a rede de apoio está sendo fundamental. Contamos com a colaboração de uma professora e universitários do Departamento de Linguística da UnB, que vem semanalmente atender nossos alunos com atividades. A Secretaria de Educação e Regional também nos ajudou e cedeu um professor de Espanhol. Além disso, com ajuda da Novacap, a escola está passando por uma reforma para a ampliação do espaço, com mais seis novas salas de aulas para atender os alunos da região e comunidade indígena’, destaca a diretora da escola, Sheyla Cristina.

A escola conta atualmente com espaços de lazer que incluem quadra de esportes, pátio com brinquedos, refeitório, sala de recursos para atendimento às crianças com necessidades especiais e piscina para atividades recreativas. Além disso, oferece aulas de robótica com professores da Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Brasília (UnB), que estão na escola toda semana para ensinar tecnologia aos alunos.

As aulas são realizadas em laboratório equipado com eletrônicos de última geração (óculos de realidade virtual, impressora 3D e computadores). A iniciativa de incentivo à tecnologia abre espaço à própria comunidade local da região, que também tem livre acesso aos cursos. ‘Já tivemos alunos dos cursos que não eram alunos da escola, um deles se formou chegou a palestrar na Campus Party’, lembra a diretora.

Além da inclusão dos alunos venezuelanos, membros da comunidade indígena também participam das atividades na escola. Neste ano, dois conseguiram vaga como educador social voluntário, sendo um deles o próprio vice cacique da Warao Coromoto, Eduardo Baez Zapata, 55 anos.

‘Nossa história no Brasil começa em 2019, com muita luta e trabalho. Na educação, lutamos há dois anos e agora conseguimos isso que será muito importante para o futuro dos nossos meninos e meninas da comunidade’, explica Zapata. ‘Temos muito a aprender e ensinar com essa troca cultural de Brasil e Venezuela’.